INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 0872-1610

Relatório e Contas 2004

Título
Relatório e Contas 2004

Editor
Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida, 2
1000 - 043 LISBOA
PORTUGAL
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho de Administração
José Mata

Capa e Composição Gráfica
INE - Departamento de Difusão e Clientes

Impressão
INE - Departamento Financeiro e Administrativo

Tiragem
100 exemplares

ISSN 0872-1610
ISBN 972-673-789-3
Depósito Legal nº 79235/94
Periodicidade Anual

O INE na internet

www.ine.pt

Serviço de Apoio ao Cliente

808 201 808

© INE, Lisboa. Portugal, 2005 * Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica

Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 5

SUMÁRIO 7

INTRODUÇÃO 9

ACTIVIDADE ESTATÍSTICA 11

Produção Estatística 11

Actividades mais significativas 12

Recolha de informação estatística 15

DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO 16

OUTRAS ACTIVIDADES 19

Ccordenação 19

Gestão da Qualidade 19

Teconologia de Informação e Comunicação 21

Cooperação Estatística Internacional 21

Recursos Financeiros 23

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 29

MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 33

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 41

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 45

Relatório e Contas
2004

Relatório do Conselho de Administração

Instituto Nacional de Estatística

SUMÁRIO

A actividade de 2004 foi planeada com o objectivo de reforçar três dimensões:

- Eficiência da Actividade
- Orientação para o Cliente
- Qualidade da Produção Estatística

A actividade foi levada a cabo num contexto em que se prevê continuem a vigorar restrições ao montante global dos recursos financeiros dedicados ao sistema estatístico. O aumento da eficiência da actividade é pois crucial, como forma de libertar recursos, quer para o reforço da qualidade das operações existentes, quer para a possibilidade de cobrir áreas estatísticas hoje menos bem cobertas.

No domínio do aumento da eficiência são de salientar três iniciativas. Em primeiro lugar, a alteração da organização do Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente em termos da organização das operações de recolha de dados. Foi criado um departamento especializado nesta área, ao mesmo tempo que se procedeu a uma consolidação da restante estrutura departamental. Esta estrutura começou a ser implementada durante o segundo semestre de 2004, tendo começado a dar frutos ainda durante 2004 mercê de uma maior padronização de processos. Prevê-se que estes benefícios aumentem em 2005, nomeadamente com a utilização/divulgação de novos métodos de recolha, como sejam o serviço *Gestor do Respondente* e a utilização da Internet no projecto *WebInq - Inquéritos do INE na Web*. Em segundo lugar, durante o ano de 2004 foi feito um esforço significativo para o acesso a um conjunto alargado de dados administrativos, esforço esse que viria a culminar na assinatura de um conjunto de protocolos no início de 2005. Em terceiro lugar, no ano de 2004 consolidou-se a aplicação do sistema de custeio iniciado em 2003 e iniciou-se o desenvolvimento de um sistema de planeamento baseado em custos, prioridades e restrições.

A identificação de prioridades necessárias ao sistema de planeamento é essencial para conseguir orientar a produção estatística para a satisfação das necessidades dos utilizadores. Em 2004 foi levado a cabo um primeiro inquérito da avaliação da satisfação dos clientes na Administração Pública e foi conduzido um primeiro exercício de avaliação de prioridades no âmbito do Conselho Superior de Estatística para o plano de 2005.

Por outro lado, a melhoria do serviço a clientes passou pela disponibilização gratuita de informação estatística na Internet na página do INE, o que constitui uma importante mais valia no acesso à informação. Foi ainda lançada a criação de uma *Rede de Informação do INE em Bibliotecas de Ensino Superior,* com pontos de acesso em todo o País, nos quais os utilizadores podem consultar gratuitamente os produtos do INE e aceder ao seu site com ligações de alta velocidade. Até ao final de 2004 tinham iniciado a sua actividade 14 pontos de acesso de norte a sul do país.

As iniciativas para o reforço da qualidade da produção estatística foram sobretudo indirectas. A consolidação dos departamentos temáticos tem o objectivo de criar massa crítica nas áreas de análise, de forma a potenciar a qualidade da produção e difusão de estatística. Por outro lado, a própria reformulação do processo de recolha permitiu instituir em diversas operações procedimentos de controlo que não existiam anteriormente. Foi ainda iniciado um importante esforço de documentação das operações, documentação essa que explicita os parâmetros de qualidade a que cada operação deve obedecer. Uma das peças importantes deste esforço é a criação de uma nova versão do Documento Metodológico, que tem o objectivo de vir a ser usado em todo o sistema estatístico.

O reforço da qualidade das operações estatísticas passa em grande medida pelo reforço da qualificação dos recursos humanos. Cabe aqui notar que a actividade estatística em 2004 foi levada a cabo num contexto em que continuaram a vigorar restrições às contratações e à renovação de contratos a prazo. É patente neste relatório que ocorreram reduções importantes de efectivos. Se é certo que a redução verificada no início do ano se deve a estas restrições, a verdade é que no final do ano foi possível rescindir contratos com um conjunto de colaboradores do quadro permanente, libertando as vagas e os recursos financeiros necessários a contratações de colaboradores mais qualificados. Ainda nesta dimensão durante

o ano de 2004 foi planeado um programa de formação de recursos humanos de largo espectro aberto a todas as entidades do Sistema Estatístico Nacional, e que virá a ser implementado a partir de 2005.

INTRODUÇÃO

Este Relatório, que acompanha a apresentação das Contas do exercício financeiro do ano de 2004, tem como objectivos relevar os aspectos mais importantes da actividade desenvolvida pelo INE e analisar os aspectos essenciais da execução financeira explanada nas Contas e respectivos anexos.

O documento está organizado em três grandes partes. A primeira parte discute o conjunto da actividade estatística. Começa-se por descrever os aspectos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano. De seguida descreve-se a principal acção levada a cabo para o aumento da eficiência da actividade, nomeadamente as alterações ocorridas na organização das operações de recolha do INE, a que se segue a actividade de difusão, enfatizando-se as alterações que consubstanciam o reforço do serviço ao cliente.

A segunda parte do corpo do relatório analisa um conjunto de outras actividades desenvolvidas no âmbito do INE, nomeadamente as acções desenvolvidas ao nível da coordenação, da gestão da qualidade, dos recursos humanos, da infra-estrutura de tecnologias de comunicação e informação e da cooperação internacional.

Finalmente, a última parte apresenta as respectivas contas, as demonstrações financeiras e respectivos anexos, elaborados em conformidade com a legislação em vigor.

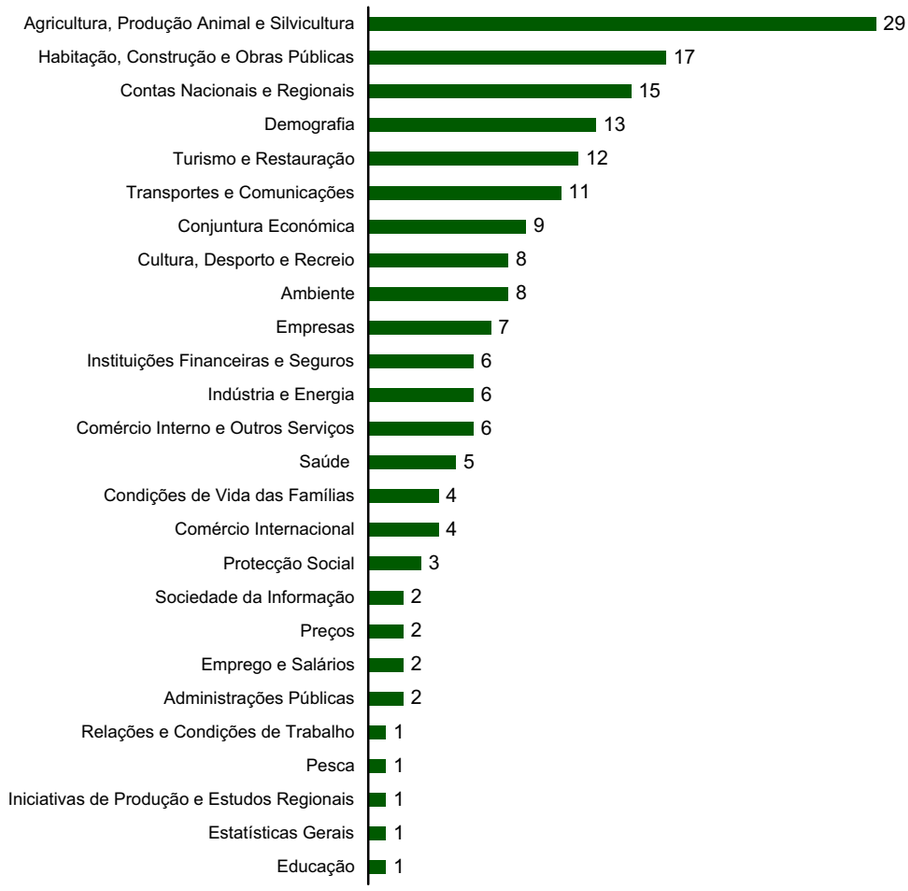
ACTIVIDADE ESTATÍSTICA

Produção Estatística

No presente Relatório, apresenta-se uma súmula das actividades desenvolvidas pelo INE no âmbito da produção estatística, sendo o acompanhamento da sua execução detalhado no Relatório de Actividades do INE e das Outras Entidades Intervenientes na Produção Estatística Nacional referente ao ano de 2004.

Em 2004, previam-se realizar 195 actividades estatísticas, das quais 176 se referiam a operações estatísticas. O gráfico seguinte apresenta a sua distribuição, enquadrada por área:

Número de Operações Estatísticas



Das 176 operações estatísticas previstas para 2004, foram suspensas 2:

- Inquérito piloto às Despesas das Famílias;
- Indicadores Demográficos.

A análise de custos / benefícios para a realização da operação e os atrasos consecutivos no envio de informação de base foram os motivos que levaram à suspensão destas 2 operações, respectivamente.

Apesar de não ter sido inicialmente prevista no Plano de Actividades de 2004, foi ainda realizada a operação “Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos Hospitais”, em parceria com a Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento (UMIC).

Das 175 operações estatísticas realizadas, a maior parte (cerca de 92%) dá origem a disponibilização de informação, num total de 778 ocorrências previstas, maioritariamente de periodicidade infra-anual.

A maior parte (76%) das 778 ocorrências foram disponibilizadas na data prevista. Cerca de 19% das ocorrências foram disponibilizadas com atraso.

Considerando que um dia de atraso não tem o mesmo significado se ocorrer em operações estatísticas com diferentes periodicidades, a análise deverá ser baseada no número médio de atrasos ponderados, em que os dias de atraso das operações mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, são convertidos à mesma escala. Verifica-se, deste modo, que em apenas uma área estatística existem atrasos consideráveis: Demografia. Os dias de atraso ponderados das operações estatísticas mensais Nados-vivos, Óbitos, Casamentos e Divórcios representaram cerca de 86% relativamente ao total. Estes atrasos decorreram essencialmente de problemas ocorridos no processo de adopção da tecnologia de leitura óptica.

Houve ainda 38 ocorrências que não foram disponibilizadas por atraso, 15 das quais na área da Saúde, e 12 na área da Demografia.

Actividades mais significativas

Neste ponto destaca-se a execução das operações mais significativas, de acordo com o estipulado nos objectivos definidos no Plano de Actividades para 2004:

Agricultura

Das 125 ocorrências previstas nesta área, para 2004, destaca-se o Inquérito à Estrutura da Explorações Agrícolas.

O atraso na divulgação da informação da estrutura das explorações agrícolas deveu-se a problemas metodológicos na selecção da amostra, que levaram a que a amostra escolhida tivesse problemas de enviesamento. Estes problemas revelaram-se mais sérios do que o esperado. Os trabalhos de tratamento e análise de resultados estão contudo em fase de conclusão, prevendo-se que a divulgação de um conjunto de variáveis mais restrito do que o inicialmente planeado se faça durante o ano de 2005.

Comércio Internacional

No âmbito dos Índices Mensais do Comércio Internacional foi concluída a nova metodologia para disponibilização do indicador de preços “output” do mercado externo. A nova metodologia preconiza um nível de apuramento simétrico global, por defeito, de 50%. Para cada nível de sensibilidade testado, foram indicados os casos de índices com valores aberrantes e procuradas medidas de apuramento alternativas, tendo esta metodologia sido apresentada ao Conselho Superior de Estatística, em Dezembro de 2004.

Na divulgação dos resultados definitivos do comércio internacional de 2003, houve a registar um atraso que se ficou a dever a problemas de qualidade da informação detectados em alguns sectores de actividade, com impacto nos resultados finais. A detecção desta situação implicou igualmente a introdução de correcções aos resultados relativos aos anos de 2001 e 2002 e levou a que fossem introduzidas alterações nos procedimentos de controlo de recepção e registo da informação.

Condições de Vida das Famílias

Nesta área, é de destacar a recolha de dados da 1ª vaga do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, cuja realização ocorre no quadro de um sistema harmonizado de estatísticas sobre a pobreza e exclusão social a nível comunitário.

Contas Nacionais e Regionais

O prazo de disponibilidade de informação das Contas Nacionais Trimestrais manteve-se em 70 dias, o que possibilitou a publicação das Contas Nacionais Preliminares de 2003 na data prevista, tendo sido igualmente disponibilizadas na data prevista as Contas Regionais 1995-2002, de acordo com a nova geografia das NUTS, adoptada em 2002.

A divulgação dos dados relativos à adopção da nova base das Contas Nacionais não foi feita na data inicialmente prevista, devido a problemas com recursos humanos. Esta disponibilização está prevista para o início do 2º semestre de 2005.

A disponibilização das Contas Nacionais Provisórias (CNP) foi feita com um acréscimo de 4 meses relativamente ao prazo inicialmente previsto devido fundamentalmente a problemas com o acesso à informação fiscal. Apesar de o prazo de publicação das CNP ao fim de 9 meses após o final do ano não ter sido cumprido, realça-se que ocorreu uma assinalável redução do prazo de disponibilidade desta informação: as CNP referentes ao ano de 2002 foram publicadas em Novembro de 2004 (23 meses), e as referentes a 2003 em Janeiro de 2005 (13 meses).

A informação relativa às estatísticas trimestrais das finanças públicas continua a ser disponibilizada regularmente ao Eurostat, mas ainda sob reserva de confidencialidade, devido a insuficiente confiança nos indicadores que estão actualmente a ser produzidos. Com o objectivo de melhorar a qualidade das estatísticas produzidas de forma a ser possível a sua divulgação, foi criado em 2004 um Grupo de Trabalho, com representantes do INE, Banco de Portugal (BP) e Ministério das Finanças.

No plano de 2004, previa-se a disponibilização dos Indicadores sobre População e Emprego no âmbito do Quadro I do Sistema Europeu de Contas - SEC 95. Esta disponibilização estava dependente da harmonização das várias séries do Inquérito ao Emprego. Durante o ano em análise, estas séries foram calibradas, utilizando as estimativas revistas com os dados definitivos dos Censos 2001. A insuficiente informação constante da base de dados referente à série mais antiga (1983-1991) para o apuramento por CAE a 2 dígitos, obrigou a que os trabalhos de harmonização de toda a série do Inquérito ao Emprego se venham a prolongar até ao final do 1º semestre de 2005.

Durante o ano de 2004, fizeram-se grandes progressos nos trabalhos de produção da Conta Satélite do Turismo (CST). Estes trabalhos, que estão em curso graças ao apoio Direcção-Geral do Turismo (DGT), pretendem responder à necessidade de indicadores que meçam a importância económica do Turismo, de acordo com as normas internacionais definidas no quadro conceptual da CST determinado pela Organização Mundial de Turismo. Os resultados serão disponibilizados no início de 2005.

Demografia

A Demografia é uma área que se encontra com grandes problemas de atrasos na disponibilização da informação. De facto, nesta área, foram executadas 13 operações estatísticas, a que correspondem 54 ocorrências e destas, 30 disponibilizaram informação com atraso e 12 não disponibilizaram informação até ao final de 2004. Estes atrasos decorrem do agravamento do problema já sentido no ano anterior, decorrente de erros no processo de adopção de tecnologia de leitura óptica, que afectou as operações Casamentos, Nados-vivos e Óbitos. Estas 2 últimas operações encontram-se em 2005 em fase de recuperação de calendários. Na área dos Divórcios também ocorreram atrasos, devido à alteração no processo de recolha de dados, situação que será ultrapassada em 2005.

Habitação, Construção e Obras Públicas

A série estatística de 2000-2003 dos Índices de Custo de Construção foi enviada ao Eurostat em Março. A informação tem vindo a ser disponibilizada a este organismo no prazo de 56 dias após o período de referência, sendo que o prazo definido no regulamento comunitário é de 90 dias.

Saúde

No âmbito da colaboração estabelecida com o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, procedeu-se à preparação da operação de recolha do 4º Inquérito Nacional de Saúde, tendo-se realizado a operação de pré-teste e a formação dos entrevistadores, a qual incluiu a realização de um inquérito piloto.

A operação estatística Mortalidade por Causas de Morte não disponibilizou a informação infra-anual prevista. Esta operação tem uma responsabilidade partilhada entre o INE e a Direcção-Geral de Saúde (DGS), e o atraso na divulgação da informação prende-se, por um lado, com o atraso da operação estatística associada (Óbitos), e por outro, com a alteração do circuito habitual de transferência de informação entre estes 2 organismos. Está prevista a divulgação da informação em atraso durante o 1º semestre de 2005.

Sociedade da Informação

Nesta área estatística foram efectuadas em 2004, 3 operações estatísticas, das quais se destaca a realização, em parceria com a UMIC, da primeira edição do Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos Hospitais – 2004.

Turismo e Restauração

Nesta área foram realizadas, em 2004, 12 operações estatísticas. Destacam-se pela sua importância as seguintes:

- Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras (IMPF);

- Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais (IGTI);

O IMPF e o IGTI têm como objectivo, por um lado, apurar informação para os indicadores estruturais do sector do turismo, por outro, contribuir com informação necessária para a elaboração da Conta Satélite do Turismo e da rubrica “Viagens e Turismo” da Balança de Pagamentos.

Estas duas operações estatísticas resultaram de um protocolo de cooperação assinado entre a DGT, o BP e o INE, competindo a este último executar todos os procedimentos associados às operações estatísticas.

Em 2004, foram desenvolvidas e aprovadas as metodologias de ambos os inquéritos, após o que se deu início à sua execução nas fronteiras rodoviária e aérea (o IMPF iniciou-se em Maio e o IGTI em Novembro). Para este efeito foram criadas as condições logísticas necessárias, em articulação com diversas entidades externas. A par da realização dos inquéritos, foram igualmente desenvolvidos os procedimentos relativos ao tratamento da informação e apuramento de resultados, estando a apresentação dos primeiros resultados prevista para o ano de 2005, esperando-se que ao longo do ano seja possível disponibilizar a informação dentro dos prazos estipulados nos respectivos protocolos.

Contudo estas duas operações estão confrontadas com uma importante limitação que resulta do facto de para três das principais fronteiras rodoviárias (Valença, Caia e Monte Francisco) não se poder contar com as designadas “contagens universais” (número de veículos que atravessam as fronteiras), que têm origem em contadores automáticos instalados pelas Estradas de Portugal (ex-IEP)) e que se encontram desactivados. Para ultrapassar esta dificuldade, para além das acções que serão desencadeadas pelo INE no sentido de ver resolvido o problema, foi definida uma metodologia alternativa (cuja utilização deve ser limitada no tempo) para estimar o número de veículos nas três fronteiras. Tal metodologia passa pela assumpção de que o fluxo de veículos nestas fronteiras apresenta o mesmo comportamento das demais fronteiras. Paralelamente tem vindo a ser efectuada a monitorização das estimativas com base na informação facultada pela Dirección General de Carreteras de Espanha para as mesmas fronteiras.

Recolha de Informação Estatística

Em 2004, verificaram-se grandes alterações no processo de recolha de informação, tanto pela própria organização do processo, como pela utilização de novas tecnologias. Durante este ano o INE implementou uma nova estrutura orgânica reduzindo o número de unidades de primeira linha de 19 para 10, num processo que tem como um dos aspectos mais salientes o da criação de um Departamento que centraliza toda a recolha de informação estatística. Na nova organização do INE a recolha de informação assenta em dois modelos diferentes, consoante se trate de recolha por entrevista, ou de recolha postal.

Recolha Directa

Desde Setembro de 2004 que o Departamento de Recolha de Informação (DRI) interveio em todas as operações estatísticas de recolha directa, exercendo a função de supervisão dos entrevistadores locais através de 5 Centros de Recolha (Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro).

Recolha Postal

Nas operações estatísticas cujos dados são obtidos maioritariamente por via postal, deu-se início a um processo de transição, que se baseia numa concentração geográfica em 6 Centros de Recolha (Porto, Coimbra, Évora e 3 em Lisboa). Cada centro de recolha está especializado num conjunto limitado de operações estatísticas, assegurando a recolha dessas operações para o conjunto do País.

O Departamento tem como objectivos assegurar a padronização dos processos, tendo sido iniciados os seguintes projectos:

Gestor do Respondente

Deu-se início ao projecto “Gestor do Respondente”, em que se visa um atendimento personalizado e uma melhor gestão da carga estatística a que estão sujeitas as maiores empresas.

Web Inq – Inquéritos do INE na Web

Foram tomadas medidas no sentido de potenciar a recolha de dados automatizada, nomeadamente pela utilização da Internet – WebInq.

Paralelamente, foi dado um impulso ao aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos. Durante o ano de 2004, foram preparados e discutidos um conjunto de protocolos que prevêem a transmissão ao INE de dados administrativos provenientes de vários organismos: Ministério das Finanças; Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (dados da segurança Social); Direcção-Geral de Protecção Social aos funcionários e agentes da Administração Pública - ADSE; Caixa Geral de Aposentações e Direcção-Geral de Registos e Notariado. Alguns destes protocolos foram assinados durante o ano de 2004. Outros sê-lo-ão em 2005, estando ainda a ser reactivados outros protocolos já existentes, nomeadamente com os Correios de Portugal (CTT) e Electricidade e Energias de Portugal (EDP).

A informação a receber no âmbito destes protocolos permitirá:

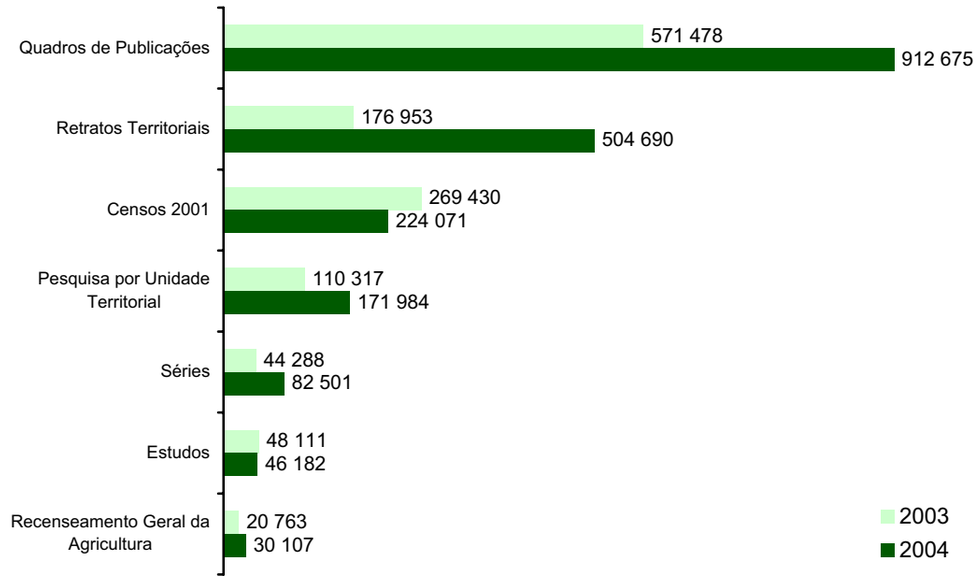
- Dar resposta às necessidades de informação de um conjunto de regulamentos comunitários;
- Actualizar os ficheiros dos Universos do INE, permitindo melhorar a qualidade das amostras dos diversos inquéritos;
- Reduzir a carga estatística e consequente redução de custos de inquirição.

DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO

Via Internet

Nos últimos anos, tem-se verificado uma tendência crescente para a difusão da informação estatística através da Internet. Em 2004 a maior parte dos produtos estatísticos do INE estão disponíveis na página do INE na Internet – www.ine.pt, que foi objecto de 1 972 210 consultas (mais 60% do que em 2003), crescimento a que não terá sido alheio o facto de a partir de 1 de Fevereiro de 2004, estes terem passado a estar acessíveis gratuitamente.

Número de consultas ao Infoline, por subsistema



Em 2004, os conteúdos da página do INE na Internet foram substancialmente aumentados com a inclusão da Biblioteca Digital de Estatísticas Oficiais (BDEO), que inclui toda a informação estatística publicada entre 1864 e 2000 e o Catálogo Bibliográfico do INE. Ficaram, assim, disponíveis gratuitamente cerca de 1,5 milhões de páginas de publicações e a catalogação de cerca de 100 000 obras de instituições nacionais e estrangeiras existentes no Instituto.

Tal como previsto, ficou também disponível no website do INE, a partir de Maio de 2004, o "Perfil Género". Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do protocolo assinado entre o INE, a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). A base de dados sobre o Género, de acesso gratuito, integra cerca de 100 indicadores estatísticos desagregados por género, provenientes de diferentes fontes produtoras de informação, com séries retrospectivas desde 1990.

Outros Meios

Publicações sectoriais

Para além das publicações que resultam directamente de uma operação estatística tinha sido previsto disponibilizar em 2004, 89 publicações. Durante o ano de 2004 foi suspensa a "Revista Portuguesa de Estudos Regionais" (3 primeiros trimestres).

De um total de 86 publicações, 36 foram disponibilizadas na data prevista e 42 disponibilizadas com atraso, não tendo até ao final de 2004, sido ainda disponibilizadas 8 publicações.

Informação fornecida a pedido

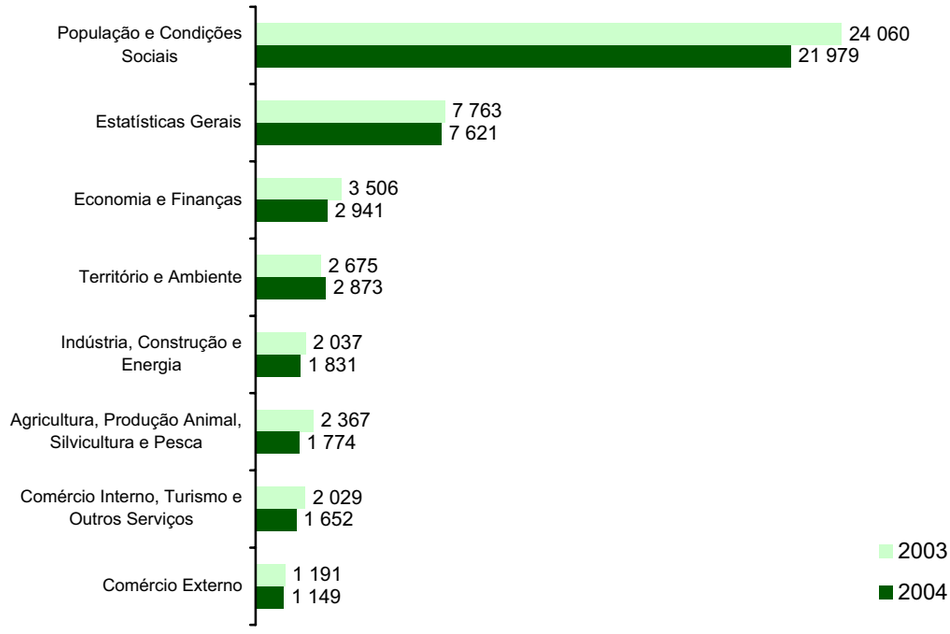
Na continuidade de anos anteriores, no ano de 2004, o INE respondeu ainda a um conjunto de pedidos de informação, consistindo, essencialmente, na solicitação de informação estatística não editada em produtos, nem divulgada no respectivo *site*. Em 2004 satisfez cerca de 2 826 pedidos de informação, comparativamente com o valor de 3 642 em 2003. À semelhança do ano anterior, foram os temas "Demografia" e "Comércio Internacional" que suscitaram maior número de pedidos, representando cerca de 60% relativamente ao total. Este serviço de venda de informação a pedido foi utilizado maioritariamente pelos grupos de clientes "Público em Geral" (42%) e "Empresas" (32%), tendo as entidades da administração local representaram cerca de 9% do total de pedidos.

Centros de Documentação do INE

Toda a informação do INE está acessível aos utilizadores nos cinco Centros de Documentação do INE: Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro. Em 2004, estes Centros de Documentação acolheram 16 463 utilizadores, menos 14% do que em 2003, mantendo-se a predominância dos utilizadores da região de Lisboa, que representam cerca de 60%, em qualquer dos anos em análise.

No conjunto, foram efectuadas 41 820 consultas em 2004, com relevo para os títulos editados pelo INE, que representaram 93% do total. À semelhança do ano anterior, os estudantes foram o grupo de utilizadores que mais recorreu aos Centros de Documentação (87% do total), tendo sido a informação referente a "População e Condições Sociais" a mais procurada pelo conjunto dos utilizadores – cerca de metade das consultas efectuadas.

Número de consultas, por tema



Rede de Informação do INE em Bibliotecas de Ensino Superior

No segundo semestre do ano, iniciou-se a implementação da "Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior". Com esta rede pretendeu-se criar uma maior proximidade do Instituto com os utentes daquelas bibliotecas e à população em geral, facilitando-lhes o acesso aos produtos que difundimos e, em geral, aos serviços que prestamos. Numa primeira fase, estava previsto que esta Rede viesse a abranger cerca de vinte Universidades ou Institutos Politécnicos, localizados nas sedes de distrito do Continente (com excepção de Lisboa).

Em cada um dos pontos da Rede, os utilizadores podem consultar gratuitamente os produtos (em papel e/ou CD ROM) difundidos pelo INE e aceder ao seu site. Estão também disponíveis nestes espaços os "Destaques à Comunicação Social" que o Instituto difunde diariamente. Foi instalado nestes espaços um telefone com ligação directa e gratuita ao Instituto que pode ser usado para solicitar esclarecimentos adicionais, tendo os técnicos das bibliotecas da Rede que prestam apoio aos seus utilizadores recebido formação específica por parte do INE. Até ao final de 2004 tinham a sua actividade 14 pontos de acesso de norte a sul do país, tendo havido manifestações de interesse de outras instituições não incluídas no plano inicial na adesão ao projecto.

Informação estatística para Investigadores

Ao abrigo do Protocolo entre o INE e o Ministério da Ciência e do Ensino Superior, celebrado em 1999, as equipas de investigadores, inscritas em programas de pós-doutoramento, doutoramentos, mestrados, pós-graduações ou licenciatura, podem aceder gratuitamente às bases de dados anonimizados do INE para fins de investigação científica. Nesse âmbito, o INE respondeu, em 2004, a pedidos formulados pelas 41 novas equipas credenciadas para o efeito, e continuou a apoiar os trabalhos das 118 equipas cujos trabalhos se iniciaram em anos anteriores.

OUTRAS ACTIVIDADES

Coordenação

No âmbito da coordenação técnica, havia sido estabelecido para 2004 o objectivo de elaborar uma proposta de revisão da orgânica do SEN. Durante o ano de 2004 foi concluído o relatório que o Presidente do INE do Canadá – dr. Ivan Fellegi – e o ex-vice-presidente do mesmo instituto – dr. Jacob Ryten – tinham iniciado em 2003 sobre o Sistema Estatístico Português. O relatório foi apresentado em público no final de 2004 faz recomendações diversas sobre o INE e sobre a organização do próprio Sistema Estatístico Nacional. A preparação de uma possível revisão da Lei de Bases do SEN poderá ser levada a cabo em 2005.

Gestão da Qualidade

Dando resposta ao objectivo traçado em 2004, de reforçar a orientação da produção estatística para a satisfação das necessidades dos utilizadores de informação estatística, iniciaram-se os trabalhos de concepção de um plano integrado de avaliação da satisfação do cliente externo, tendo sido realizado um inquérito de avaliação da satisfação ao segmento - Administração Central. Os seus resultados estão a servir de base a acções de melhoria na relação entre o INE e as entidades clientes, no âmbito da Administração Central. Pretendem-se iniciar reuniões bilaterais com cada um dos Ministérios envolvidos, esperando que estes contactos sirvam para uma maior aproximação entre os organismos da Administração Pública e o INE.

Nesta área, estava igualmente prevista a divulgação de uma nova versão do Manual de Procedimentos de Produção Estatística (MPPE). Esta actividade foi iniciada em 2004, estando prevista a sua disponibilização para o ano seguinte. Uma das peças importantes deste Manual é o Documento Metodológico, que esteve durante 2004 em revisão e que será apresentado ao CSE para adopção em todo o sistema estatístico

O reinício do processo de auditorias internas e das acções de melhoria daí decorrentes, previsto para 2004, foi também adiado, pois existe uma relação de dependência entre este processo e a implementação do MPPE. A definição e divulgação de indicadores de qualidade para as principais operações estatísticas foram realizadas nas vertentes Actualidade e Pontualidade da informação.
Recursos Humanos

Em 2004, acentua-se a diminuição do número de efectivos já sentida anteriormente. O número total de trabalhadores passou de 825 em 2003 para 759 em 2004, o que se traduz numa redução de cerca de 8%.

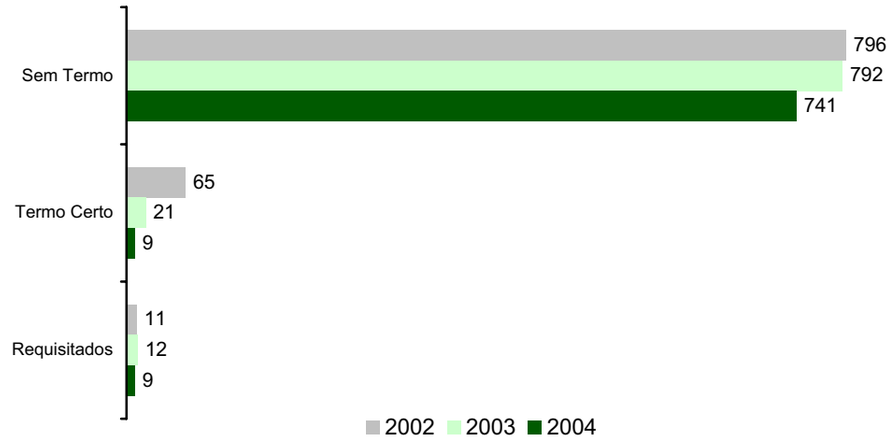
Esta diminuição surge como consequência de:

- a manutenção das limitações governamentais que já se tinham feito sentir em anos anteriores, relativamente a novas admissões e renovações de contratos a termo;

- ter sido possível no final do ano dar resposta a um número significativo pedidos de rescisão de contrato por mútuo acordo, com o objectivo de criar espaço e recursos para a contratação de trabalhadores mais qualificados.

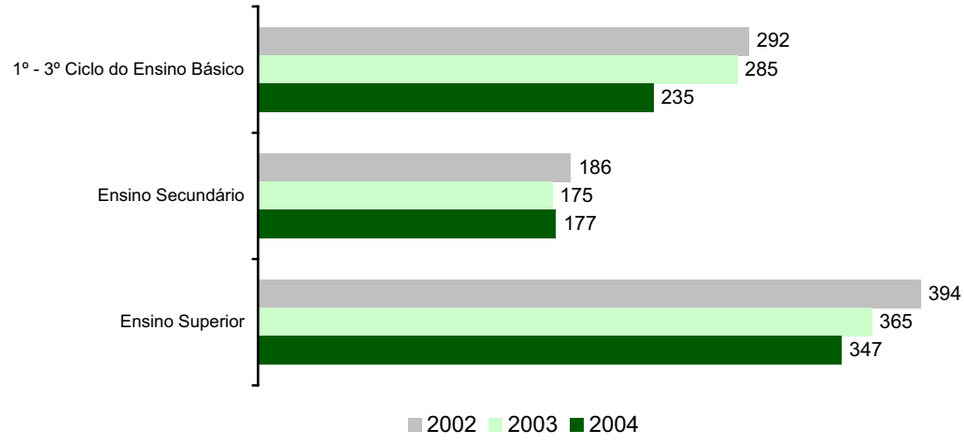
O gráfico seguinte regista a evolução de número de trabalhadores do INE nos últimos 3 anos:

Evolução do efectivo do INE



Esta redução de efectivos fez-se sentir mais acentuadamente no grupo de trabalhadores com escolaridade ao nível do Ensino Básico, sendo que em 2002 representavam cerca de 33,5% relativamente ao total e em 2004, essa percentagem desce para cerca de 31%. A percentagem de trabalhadores com escolaridade de nível superior aumentou cerca de meio ponto percentual, cifrando-se em 2004, em cerca de 46% do total.

Número de Efectivos por Habilitação



Em 2004, foram realizadas 203 acções de formação, correspondendo a cerca de 18179 horas de formação. O número de colaboradores abrangidos pelas acções de formação foi de 295. O número de colaboradores alvo de formação, bem como o número de horas de formação ministrada sofreram um decréscimo relativamente ao ano anterior, respectivamente de 20 e 15%. Para esta situação contribuiu o facto de, tendo em consideração o processo de reestruturação ocorrido durante o ano, se ter adiado as acções de formação para o ano seguinte, definindo as acções de 2005 de acordo com as novas funções dos colaboradores.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Relativamente à actualização e consolidação da infraestrutura tecnológica (IT), destaca-se a migração e consolidação de cerca de 40% da IT do INE para sistemas de Software Livre/Aberto. Com o objectivo de agilizar e tornar mais eficaz o processo de reporte e resolução de problemas, foi implementado em 2004 um sistema de Helpdesk de suporte à infra-estrutura, disponível a todos os utilizadores do INE, que teve uma média de 20 visitas por dia.

Deu-se continuação ao processo de integração de informação no Data Warehouse (DW) do INE, sendo de destacar a inclusão de informação histórica de Demografia, bem como a reformulação dos dados do Inquérito Anual às Empresas, disponibilizados neste sistema. Com o objectivo de potenciar a utilização interna do DW, particularmente a integração no processo produtivo e a reutilização da informação já carregada, foi preparada durante o ano, uma acção de divulgação desta actividade: as Tardes DW. Foram efectuadas 10 apresentações internas (uma de âmbito geral e 9 específicas), em que se registaram 168 inscrições envolvendo 76 trabalhadores distintos.

Procedeu-se ainda a uma redefinição da arquitectura do Sistema de Informação do INE, de modo a implementar um sistema que tire partido das potencialidades do DW, nomeadamente no suporte às tarefas de apuramento, análise e difusão de uma forma integrada. Durante o ano de 2004, registaram-se 29 922 acessos ao DW. Tendo em consideração que a metodologia de cálculo dos acessos foi alterada durante o ano, o valor apresentado não é comparável com os dos anos anteriores.

Cooperação Estatística Internacional

A cooperação internacional tem um grande impacto no desenvolvimento dos sistemas estatísticos. Permite uma participação activa na harmonização de metodologias estatísticas, exerce uma influência decisiva na elaboração de actos legislativos no domínio da estatística e promove a partilha de conhecimentos e de experiências com outros países.

Em 2004, o INE participou em 172 reuniões internacionais (190 em 2003), das quais 8 no âmbito do Conselho da União Europeia, 124 no Eurostat, 5 na OCDE, 22 reuniões nas Nações Unidas e noutros organismos estrangeiros e internacionais e 13 no quadro dos contratos de prestação de serviços.

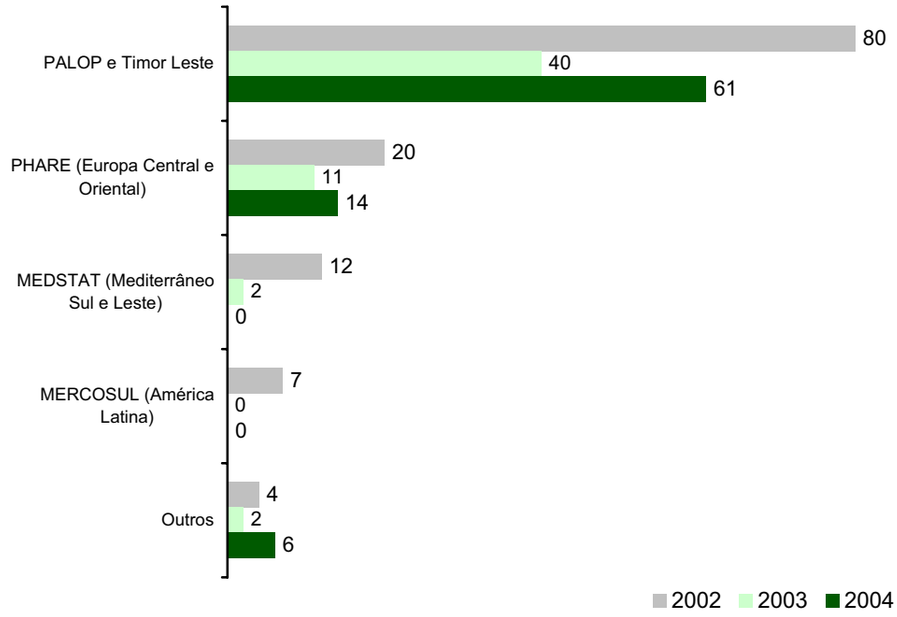
No quadro do desenvolvimento do Sistema Estatístico Europeu foram aprovados em 2004 os seguintes actos legislativos comunitários: 8 Regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho, 13 Regulamentos da Comissão e 10 Decisões da Comissão, que constituem novas obrigações para os sistemas estatísticos europeu e nacional.
Destaca-se, também, a organização no INE do Workshop on Applications of Symbolic Data Analysis, em Janeiro de 2004, e do International Workshop on Territorial Indicators – 8th Session, em Maio de 2004.

Em Novembro de 2004 realizou-se no INE a XIV Reunião dos Presidentes e Directores-Gerais de Estatística da CPLP, tendo contado com a presença de todos os Presidentes e Directores-Gerais dos países da CPLP, à excepção do Brasil. A reunião assumiu, pela primeira vez, o estatuto de fórum da CPLP, o qual lhe foi reconhecido por uma recomendação adoptada na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo daquela Organização.

No domínio da assistência técnica para o desenvolvimento, merece realce o projecto de formação de estaticistas moçambicanos - Escola de Verão, que decorreu em Maputo de 6 a 17 de Setembro de 2004. A execução deste projecto esteve a cargo do INE, em estreita parceria com o INE de Moçambique. Foram realizados 10 cursos de estatística, num total de 240 horas, tendo participado 116 formandos pertencentes ao SEN moçambicano e ao meio universitário e escolar. As acções de formação foram ministradas por 9 formadores do INE - Portugal e 1 formadora do INE - Moçambique.

As acções de cooperação distribuíram-se pelos seguintes programas:

Número de Acções por tipo de Programa



Recursos Financeiros

A análise deste ponto deve ser realizada em duas vertentes, uma de execução financeira do orçamento aprovado – Contabilidade Pública – e outra ao nível patrimonial – Contabilidade Patrimonial.

Esta repartição prende-se com o facto de o INE ser fundamentalmente financiado pelo Orçamento de Estado e por outro lado a execução do seu orçamento ser realizada de acordo com as regras aplicadas a entidades sem autonomia financeira, o que implica que a actividade do Instituto é financiada essencialmente por subsídios do Estado, sendo este responsável por cobrir qualquer deficit financeiro e qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros.

A performance financeira do INE deve, assim, ser analisada tendo por base a perspectiva de fluxos financeiros (Contabilidade Pública) e não a perspectiva patrimonial, ou seja o resultado líquido resultante da sua conta de exploração.

Perspectiva da Contabilidade Pública

No período de 2003 a 2004 o INE vem revelando uma melhoria na sua performance financeira, concretamente ao nível da contenção de custos, resultado de uma política de forte contenção de despesas de funcionamento, por redução ao estritamente necessário ao nível da actividade e por adiamento do início de novas actividades.

Em 2004 o INE não só não teve que recorrer à dotação provisional como acontecia regularmente desde há alguns anos, mas como chegou ao final do ano com uma verba da dotação do orçamento de funcionamento por executar da ordem de um milhão de euros.
Esta situação pode ser constatada a partir do quadro "Execução Financeira (Óptica de Tesouraria) ", abaixo apresentado.

Execução Financeira (Óptica Tesouraria)

	2004	2003
1. RECEITAS	**38 867 299**	**35 136 730**
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	33 221 800	16 130 639
Receitas Próprias (Efectivamente Cobradas e Saldos Integrados)	4 795 499	5 152 791
PIDDAC - Correntes (Orc. Inicial Corrigido e Saldos Integrados)	0	12 654 000
PIDDAC - Capital (Orc. Inicial Corrigido e Saldos Integrados)	850 000	1 199 300
2. DESPESAS	**37 003 747**	**36 667 050**
Pessoal do Quadro e Requisitados	24 111 831	24 369 047
Pessoal Contratado a Prazo	418 827	1 144 236
Indemnizações por Rescisões de Contratos	1 739 184	7 723
Fornecimentos e Serviços Externos	9 969 995	10 379 951
Investimentos	763 910	766 093
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	**1 863 552**	**-1 530 320**
4. RECURSO À DOTAÇÃO PROVISIONAL	**0**	**3 801 495**
5. SALDO FINAL (3-4)	**1 863 552**	**2 271 175**

O valor global da despesa de funcionamento, naquele período, decresceu 3,8%, não considerando o montante pago a título de "Indemnizações por Rescisões de Contratos" dada a sua natureza extraordinária. Se analisarmos as rubricas associadas à estrutura de custos do INE, verificamos um decréscimo nos "Fornecimentos e Serviços Externos - (FSE)" de 3,9% e de 63,4% no que se refere ao "Pessoal com Contrato a Prazo".

Será ainda de relevar o facto de, em 2004, o INE, sem recurso a nenhum reforço orçamental, se ter visto obrigado a devolver ao Eurostat uma verba extraordinária de € 747.505,04, decorrente dos resultados de auditorias a práticas contabilísticas em projectos financiados por aquela entidade no período 1999 a 2001.

Ao nível das receitas, importa ter em consideração que o financiamento da actividade desenvolvida pelo INE é fundamentalmente assegurado pelo Orçamento de Estado. As "Receitas Próprias" correspondem na sua grande maioria a subvenções do Eurostat e o decréscimo que se tem vindo a registar nesta rubrica decorre directamente de uma política generalizada de redução das subvenções por parte daquela entidade.

O esforço de contenção de despesas permitiu ao INE, em 2004, dar resposta a um 44 pedidos de rescisão de contrato por mútuo acordo, cujos montantes pagos a título de indemnização foram possíveis de acomodar no orçamento do ano. Esta situação permitirá ao INE em 2005 proceder à contratação de um conjunto de técnicos mais qualificados para fazer face a necessidades de melhoria de qualidade de alguns projectos e de dar resposta a um conjunto de projectos solicitados por entidades externas, sem que tal venha a representar um acréscimo ao nível das despesas de funcionamento face ao previsto em sede de orçamento.

Por último importa referir que o saldo final apurado, incorpora o valor referente a Receitas Próprias (2004: € 824.820; 2003: € 402.082) cobradas nos últimos dias dos anos económicos em análise, após terem sido libertos os fundos necessários, donde e conforme legislação em vigor será solicitado o respectivo pedido de integração no exercício seguinte.

Perspectiva da Contabilidade patrimonial

Os recursos financeiros, segundo a óptica de proveitos, ou seja, independentemente dos recebimentos, que permitiram ao Instituto no ano 2004 o exercício da sua actividade, foram provenientes de duas origens, num total de € 37.711.939,48, assim repartidas:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 33.033.067,29 (87,59%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento (€ 32.360.140,16) e das verbas inscritas no PIDDAC - Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (€ 672.927,13).

- **Receitas Próprias**, a ocupar a segunda posição, com uma contribuição de € 4.678.872,19 (12,41%), distribuídos por vendas e prestações de serviços (€ 2.077.692,85), comparticipações financeiras (€ 2.105.277,92), recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 495.641,35) e proveitos e ganhos financeiros (€ 260,07).

Situação Económica e Financeira

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, cujas demonstrações financeiras a seguir se apensam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente positiva.

Para que tenha sido possível a constatação desta situação, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das políticas de investimento, quer ao nível da globalidade da execução orçamental, o que permitiu, não só, suportar a cativação das verbas definidas legalmente, como também, não executar a totalidade das dotações disponíveis do Orçamento do Estado e do PIDDAC. Sublinhe-se, ainda, que todo este esforço foi concertado no sentido de não deixar dívidas a terceiros por liquidar e ainda proceder ao pagamento de indemnizações por rescisões de contratos por mútuo acordo.

Importa, ainda, dar ênfase ao esforço colocado na forma de financiar o Instituto, sendo que a dotação do Orçamento de Funcionamento foi devidamente ajustada de forma a suportar, em conjunto com as Receitas Próprias, a totalidade das despesas correntes. Por outro lado, a dotação do PIDDAC passou exclusivamente a financiar as despesas de capital, situação que não se verificava até finais de 2003.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo em € 105.910,53 e a explicação detalhada do mesmo encontra-se no anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Afigura-se de interesse sintetizar os valores, para o período dos últimos 6 anos, das principais fontes de financiamento do Instituto (valores em Euros):

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

1999	2000	2001	2002	2003	2004
13 836 653.66	14 350 415.49	15 427 818.95	21 276 819.00	19 932 134.00	32 360 140.16

Orçamento do Estado - PIDDAC

1999	2000	2001	2002	2003	2004
12 240 500.39	32 064 731.28	43 481 210.28	17 334 909.00	11 984 986.72	672 927.13

Receitas Próprias

1999	2000	2001	2002	2003	2004
5 875 839.22	8 402 906.57	3 913 134.19	4 003 688.04	3 788 354.68	4 678 872.19

Fundo Comunitário - PRINEST

1999	2000	2001	2002	2003	2004
8 614 239.68	515 216.97	0.00	0.00	0.00	0.00

Balanço e situação patrimonial

A estrutura do balanço, à data de 31 de Dezembro de 2004, mantém-se próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o activo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 86% do activo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes principais variações:

a) Imobilizações corpóreas – evidencia uma redução líquida no exercício que é resultado da contabilização dos custos com as amortizações, dado que o valor dos investimentos não compensou o valor das mesmas. (Ver Nota 8.2.7).

b) Dívidas de terceiros – regista uma redução em relação ao ano anterior dados os motivos descritos na alínea d) e pelo facto do EUROSTAT ter liquidado, durante o exercício, facturação que se encontrava em dívida relativa a exercícios anteriores. Pelo contrário, assistiu-se a um aumento relativo aos clientes c/c, devido a facturação emitida no final do exercício, relativa a contratos de prestação de serviços, a qual só foi regularizado no início de 2005

c) Depósitos bancários – regista um aumento dado ter existido cobranças, nos últimos dias do ano, não sendo necessário afectá-las a quaisquer pagamentos uma vez que as necessidades financeiras se encontravam satisfeitas pelos pedidos de libertação de créditos entretanto libertos. Salienta-se, ainda, o facto do pedido de integração do saldo do ano de 2003 só ter sido autorizado no final de 2004, situação que concorreu também para este aumento.

d) Dívidas a terceiros – o aumento verificado resulta da aplicação de políticas contabílisticas relacionadas com a especialização das dotações do Orçamento de Funcionamento. (Ver nota 8.2.3 (di)).

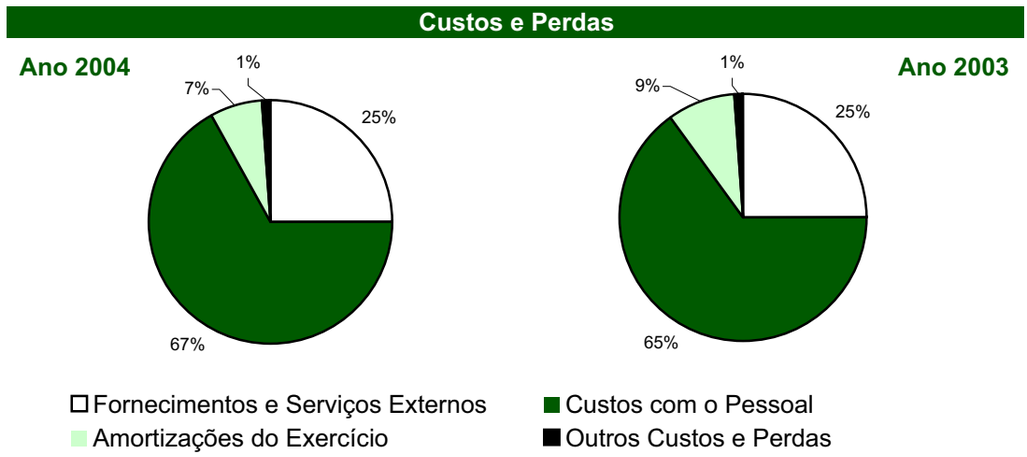
e) Proveitos diferidos – a redução verificada é resultado do já descrito na alínea a).

As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos

Os custos do exercício de 2004, suportados para assegurar o desenvolvimento das actividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 38.357.073,41 (2003: € 38.344.033,90).

Ao nível da estrutura dos custos não se observam alterações de elevado significado, em termos percentuais comparativamente ao total dos custos em cada um dos exercícios, tal como se pode observar nos gráficos seguintes:

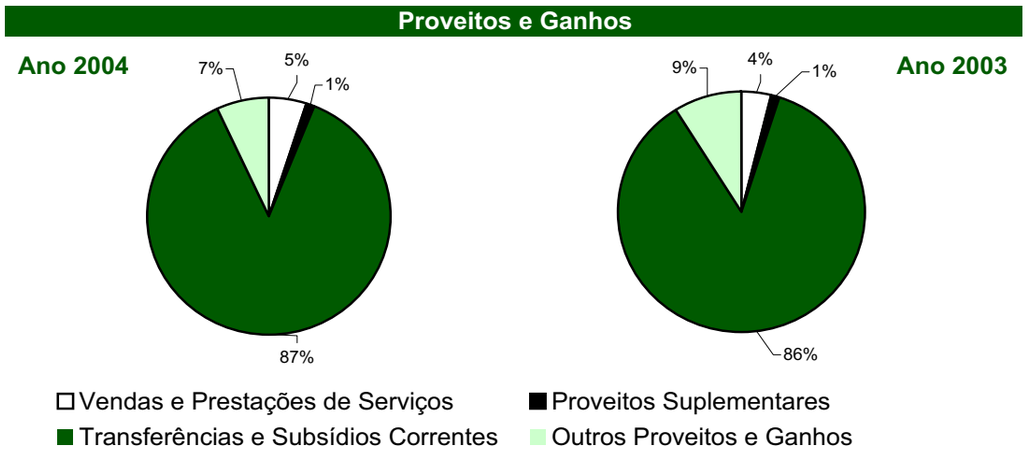


Assim, o principal agrupamento, ou seja, o dos custos com o pessoal, passou de uma posição de 65% para 67%, sendo de notar que, no entanto, se assistiu, por um lado, a um decréscimo dos valores relacionados com remunerações de € 1.056.497,62, o qual se explica, sobretudo, devido à diminuição do número de quadros, mas por outro lado, verifica-se um aumento de outros custos com o pessoal, o qual está relacionado com o pagamento de indemnizações por rescisões de contratos por mútuo acordo, cujo montante total foi de € 1.739.183,70.

O segundo agrupamento, fornecimentos e serviços externos, não registou qualquer variação, mantendo-se nos 25%.

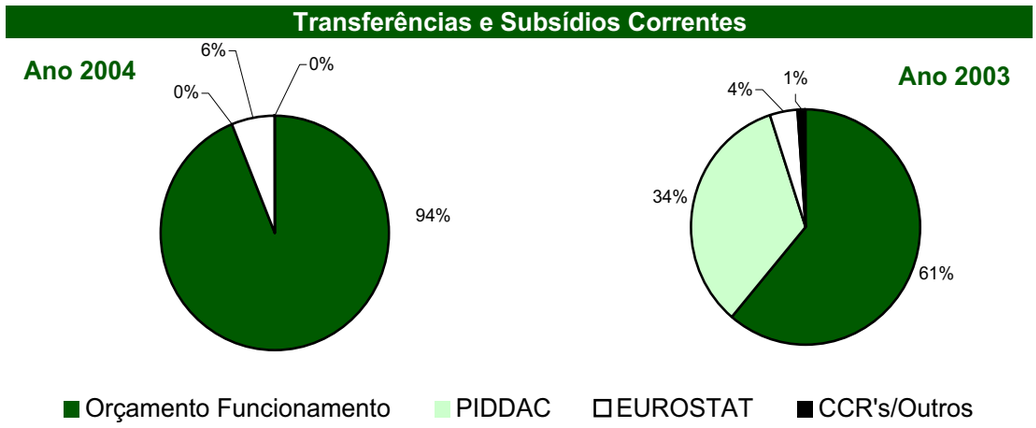
Quanto aos demais agrupamentos não sofreram alterações dignas de registo.

Os Proveitos, no total de € 38.251.162,88 (2003: € 38.059.078,43) também não registam variações significativas, acompanhando desta forma o verificado ao nível dos custos. Para melhor compreensão apresentam-se os gráficos seguintes, (percentagens de cada rubrica de proveitos em relação ao total de proveitos):



Das rubricas mais significativas, a de transferências e subsídios correntes obtidos é a que se destaca passando de 86% em 2003 para 87% em 2004. De notar, no que se refere à origem das mesmas, que as oriundas do Orçamento de Estado passaram a ter um peso muito diferente. O Orçamento de Funcionamento passou a representar 94% (2003: 61%), contrariamente às transferências do PIDDAC que neste exercício não tiveram qualquer significado (2003: 34%).

Em termos gráficos, a percentagem da natureza dos subsídios em relação ao total das transferências e subsídios correntes, é como segue:



Quanto ao agrupamento relacionado com Vendas e Prestações de Serviços passa a representar 5 % (2003: 4%). O aumento verificado decorre, sobretudo, de novos contratos firmados durante o exercício em apreço.

Os restantes agrupamentos não apresentam variações significativas uma vez que permanecem praticamente idênticos aos do ano transacto.

Investimentos

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas elevaram-se a € 758.761,42.

Do programa de investimentos, merece destaque o montante despendido na área dos sistemas e

tecnologias de informação, onde foi materializado em equipamentos, programação e licenciamentos o valor de € 506.267,96(66,72%).

As restantes despesas de investimento distribuem-se pelas rubricas de edifícios e outras construções (€ 63.744,59), e equipamento administrativo (€ 188.748,87), as quais representam 8,40% e 24,88%, respectivamente.

Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi de (€ 105.910,53).
Propõe-se a afectação deste resultado à conta Resultados transitados.

Lisboa, 07 de Junho de 2005

O Conselho de Administração:

José Jacinto Patacas de Aragão Mata
Presidente

Fernando Maria Lopes Chau
Vogal

António Henrique Gomes de Almeida
Vogal

Relatório e Contas
2004

Balanço e Demonstração dos Resultados

Instituto Nacional de Estatística

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2004		2003	
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	15 303 550.07	0.00	15 303 550.07	15 303 550.07
422	Edifícios e outras construções	11 817 873.72	3 570 976.82	8 246 896.90	8 506 973.56
423	Equipamento básico	1 311 364.06	1 112 014.60	199 349.46	297 254.91
424	Equipamento de transporte	486 013.87	474 846.68	11 167.19	42 992.03
425	Ferramentas e utensílios	94 032.05	71 501.79	22 530.26	29 578.96
426	Equipamento administrativo	3 119 119.11	2 353 351.05	765 768.06	829 878.72
428	Equipamento de informática	24 237 105.63	22 553 238.75	1 683 866.88	3 319 411.70
429	Outras imobilizações corpóreas	299 906.23	40 895.41	259 010.82	259 516.21
44	Imobilizações em curso	743 387.70	0.00	743 387.70	751 067.14
		57 412 352.44	30 176 825.10	27 235 527.34	29 340 223.30
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	130 438.06	0.00	130 438.06	93 940.66
33	Produtos acabados e intermédios	1 084 897.21	903 414.28	181 482.93	246 649.09
		1 215 335.27	903 414.28	311 920.99	340 589.75
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	717 316.14	15 018.15	702 297.99	455 882.82
229	Adiantamento a fornecedores	1 155.75	0.00	1 155.75	0.00
262+268	Outros devedores	470 415.59	0.00	470 415.59	1 377 018.76
		1 188 887.48	15 018.15	1 173 869.33	1 832 901.58
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	824 820.09		824 820.09	402 861.07
11	Caixa	0.00		0.00	0.00
		824 820.09		824 820.09	402 861.07
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1 391 724.83		1 391 724.83	984 669.92
272	Custos diferidos	697 887.92		697 887.92	344 285.51
		2 089 612.75		2 089 612.75	1 328 955.43
	Total de amortizações		30 176 825.10		
	Total de provisões		918 432.43		
	Total do activo	62 731 008.03	31 095 257.53	31 635 750.50	33 245 531.13

O Director Financeiro e Administrativo,

Paulo Jorge da Conceição Henriques

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios 2004	Exercícios 2003
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20 772 818.99	20 772 818.99
59	Resultados transitados	(2 157 267.49)	(1 872 312.02)
	Subtotal	18 615 551.50	18 900 506.97
88	Resultado líquido do exercício	(105 910.53)	(284 955.47)
	Total dos fundos próprios	18 509 640.97	18 615 551.50
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para impostos	0.00	0.00
		0.00	0.00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0.00	0.00
		0.00	0.00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0.00	0.00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0.00	0.00
24	Estado e outros entes públicos	43 095.59	32 866.10
219+262+267+268	Outros credores	1 108 994.67	0.00
		1 152 090.26	32 866.10
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	2 923 096.43	3 175 678.52
274	Proveitos diferidos	9 050 922.84	11 421 435.01
		11 974 019.27	14 597 113.53
	Total do passivo	13 126 109.53	14 629 979.63
	Total dos fundos próprios e do passivo	31 635 750.50	33 245 531.13

O Conselho de Administração,

José Jacinto Patacas de Aragão Mata

Fernando Maria Lopes Chau

António Henrique Gomes de Almeida

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios 2004		Exercícios 2003	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		183 613.30		238 878.63
62	Fornecimentos e serviços externos		9 475 706.34		9 577 716.25
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	19 074 014.58		20 130 512.20	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	152 548.50		102 583.51	
645/8	Outros	6 263 456.58	25 490 019.66	4 698 137.24	24 931 232.95
66	Amortizações do exercício	2 863 360.59		3 430 021.24	
67	Provisões do exercício	42 671.85	2 906 032.44	5 531.47	3 435 552.71
65	Outros custos e perdas operacionais		12 628.88		14 803.20
	(A)		38 068 000.62		38 198 183.74
68	Custos e perdas financeiras:		5 245.66		4 448.48
	(C)		38 073 246.28		38 202 632.22
69	Custos e perdas extraordinários		283 827.13		141 401.68
	(E)		38 357 073.41		38 344 033.90
88	Resultado líquido do exercício		(105 910.53)		(284 955.47)
			38 251 162.88		38 059 078.43

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios 2004		Exercícios 2003	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	135 907.87		201 931.98	
	Prestações de serviços	1 941 784.98	2 077 692.85	1 316 425.28	1 518 357.26
72	Impostos, taxas e outros		0.00		0.00
	Variação da produção		(22 494.31)		(218 236.80)
73	Proveitos suplementares		495 641.35		384 590.04
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos		32 845 389.74		32 818 857.34
	(B)		35 396 229.63		34 503 567.84
78	Proveitos e ganhos financeiros		260.07		4 259.36
	(D)		35 396 489.70		34 507 827.20
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2 854 673.18		3 551 251.23
	(F)		38 251 162.88		38 059 078.43
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		(2 671 770.99)		(3 694 615.90)
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		(4 985.59)		(189.12)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		(2 676 756.58)		(3 694 805.02)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		(105 910.53)		(284 955.47)

Relatório e Contas
2004

Mapas de Execução Orçamental

Instituto Nacional de Estatística

Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge-lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição	(2)	(3)	(4)	(5)
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 110 RECEITAS GERAIS				
01 0 09 14 00	1011	010102	Órgãos Sociais	152 000.00	133 000.00	0.00	131 451.12
01 0 09 14 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	11 155 000.00	10 770 000.00	0.00	10 462 318.62
01 0 09 14 00	1011	010105	Pessoal além dos quadros	423 000.00	122 000.00	0.00	117 923.60
01 0 09 14 00	1011	010106	Pessoal contratado a termo	380 000.00	200 000.00	0.00	184 750.48
01 0 09 14 00	1011	010111	Representação	40 000.00	50 620.00	0.00	50 013.40
01 0 09 14 00	1011	010112	Suplementos e prémios	2 088 000.00	2 010 000.00	0.00	2 002 854.49
01 0 09 14 00	1011	010113	Subsidio de refeição	621 935.00	725 935.00	0.00	718 571.40
01 0 09 14 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	2 358 065.00	2 509 065.00	0.00	2 437 276.78
01 0 09 14 00	1011	010201	Grat. variáveis ou eventuais	250 000.00	24 000.00	0.00	23 165.20
01 0 09 14 00	1011	010202	Horas extraordinárias	0.00	10 000.00	0.00	9 561.46
01 0 09 14 00	1011	010204	Ajudas de custo	90 000.00	110 000.00	0.00	86 463.36
01 0 09 14 00	1011	010205	Abono para falhas	3 000.00	3 000.00	0.00	2 347.20
01 0 09 14 00	1011	010212	Indemnizações cessação funções	70 000.00	1 710 000.00	0.00	1 709 183.70
01 0 09 14 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	40 000.00	19 000.00	0.00	18 978.06
01 0 09 14 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	3 337 000.00	3 232 000.00	0.00	3 226 727.61
01 0 09 14 00	1011	010308	Outras pensões	100 000.00	100 000.00	0.00	100 000.00
01 0 09 14 00	1011	010309	Seguros	810 000.00	1 340 000.00	0.00	1 335 180.92
01 0 09 14 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	125 000.00	115 000.00	0.00	105 683.45
01 0 09 14 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	45 000.00	37 000.00	0.00	34 973.60
01 0 09 14 00	1011	020108	Material de escritório	582 000.00	432 000.00	150 000.00	263 408.36
01 0 09 14 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	45 000.00	40 000.00	15 000.00	19 973.96
01 0 09 14 00	1011	020121	Outros bens	5 500.00	500.00	0.00	0.00
01 0 09 14 00	1011	020201	Encargos das instalações	225 000.00	238 000.00	0.00	231 783.49
01 0 09 14 00	1011	020202	Limpeza e higiene	335 000.00	317 000.00	0.00	313 840.56
01 0 09 14 00	1011	020203	Conservação de bens	1 250 000.00	693 000.00	0.00	682 804.78
01 0 09 14 00	1011	020204	Locação de edifícios	560 000.00	600 000.00	0.00	598 128.55
01 0 09 14 00	1011	020209	Comunicações	1 793 400.00	1 382 400.00	300 000.00	1 080 355.69
01 0 09 14 00	1011	020211	Representação dos serviços	85 000.00	25 000.00	0.00	10 577.22
01 0 09 14 00	1011	020212	Seguros	60 000.00	67 500.00	0.00	63 568.64
01 0 09 14 00	1011	020213	Deslocações e estadas	981 500.00	646 500.00	200 000.00	439 659.94
01 0 09 14 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	4 526 800.00	4 359 800.00	1 113 200.00	3 241 818.49
01 0 09 14 00	1011	020215	Formação	366 000.00	206 000.00	0.00	195 693.97
01 0 09 14 00	1011	020217	Publicidade	205 000.00	45 000.00	0.00	26 887.48
01 0 09 14 00	1011	020218	Vigilância e segurança	340 000.00	288 000.00	0.00	283 322.91
01 0 09 14 00	1011	020219	Assistência técnica	300 000.00	488 000.00	0.00	363 795.46
01 0 09 14 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	1 151 800.00	758 680.00	0.00	659 327.26
01 0 09 14 00	1011	020225	Outros serviços	100 000.00	1 100 000.00	0.00	1 036 786.15
01 0 09 14 00	1011	070103	Edifícios	0.00	4 500.00	0.00	3 754.45
01 0 09 14 00	1011	070107	Equipamento de informática	0.00	28 500.00	0.00	28 323.35
01 0 09 14 00	1011	070109	Equipamento administrativo	0.00	59 000.00	0.00	58 905.00
			Subtotal 01	**35 000 000.00**	**35 000 000.00**	**1 778 200.00**	**32 360 140.16**

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não compro-metida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compro-missos por pagar (11)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
131 451.12	0.00	131 451.12	1 548.88	1 548.88	0.00	98.8%
10 462 318.62	0.00	10 462 318.62	307 681.38	307 681.38	0.00	97.1%
117 923.60	0.00	117 923.60	4 076.40	4 076.40	0.00	96.7%
184 750.48	0.00	184 750.48	15 249.52	15 249.52	0.00	92.4%
50 013.40	0.00	50 013.40	606.60	606.60	0.00	98.8%
2 002 854.49	0.00	2 002 854.49	7 145.51	7 145.51	0.00	99.6%
718 571.40	0.00	718 571.40	7 363.60	7 363.60	0.00	99.0%
2 437 276.78	0.00	2 437 276.78	71 788.22	71 788.22	0.00	97.1%
23 165.20	0.00	23 165.20	834.80	834.80	0.00	96.5%
9 561.46	0.00	9 561.46	438.54	438.54	0.00	95.6%
86 463.36	0.00	86 463.36	23 536.64	23 536.64	0.00	78.6%
2 347.20	0.00	2 347.20	652.80	652.80	0.00	78.2%
1 709 183.70	0.00	1 709 183.70	816.30	816.30	0.00	100.0%
18 978.06	0.00	18 978.06	21.94	21.94	0.00	99.9%
3 226 727.61	0.00	3 226 727.61	5 272.39	5 272.39	0.00	99.8%
100 000.00	0.00	100 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
1 335 180.92	0.00	1 335 180.92	4 819.08	4 819.08	0.00	99.6%
105 683.45	0.00	105 683.45	9 316.55	9 316.55	0.00	91.9%
34 973.60	0.00	34 973.60	2 026.40	2 026.40	0.00	94.5%
263 408.36	0.00	263 408.36	18 591.64	18 591.64	0.00	61.0%
19 973.96	0.00	19 973.96	5 026.04	5 026.04	0.00	49.9%
0.00	0.00	0.00	500.00	500.00	0.00	0.0%
231 783.49	0.00	231 783.49	6 216.51	6 216.51	0.00	97.4%
313 840.56	0.00	313 840.56	3 159.44	3 159.44	0.00	99.0%
682 804.78	0.00	682 804.78	10 195.22	10 195.22	0.00	98.5%
598 128.55	0.00	598 128.55	1 871.45	1 871.45	0.00	99.7%
1 080 355.69	0.00	1 080 355.69	2 044.31	2 044.31	0.00	78.2%
10 577.22	0.00	10 577.22	14 422.78	14 422.78	0.00	42.3%
63 568.64	0.00	63 568.64	3 931.36	3 931.36	0.00	94.2%
439 659.94	0.00	439 659.94	6 840.06	6 840.06	0.00	68.0%
3 241 818.49	0.00	3 241 818.49	4 781.51	4 781.51	0.00	74.4%
195 693.97	0.00	195 693.97	10 306.03	10 306.03	0.00	95.0%
26 887.48	0.00	26 887.48	18 112.52	18 112.52	0.00	59.7%
283 322.91	0.00	283 322.91	4 677.09	4 677.09	0.00	98.4%
363 795.46	0.00	363 795.46	124 204.54	124 204.54	0.00	74.5%
659 327.26	0.00	659 327.26	99 352.74	99 352.74	0.00	86.9%
1 036 786.15	0.00	1 036 786.15	63 213.85	63 213.85	0.00	94.3%
3 754.45	0.00	3 754.45	745.55	745.55	0.00	83.4%
28 323.35	0.00	28 323.35	176.65	176.65	0.00	99.4%
58 905.00	0.00	58 905.00	95.00	95.00	0.00	99.8%
32 360 140.16	**0.00**	**32 360 140.16**	**861 659.84**	**861 659.84**	**0.00**	**92.5%**

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge-lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição	(2)	(3)	(4)	(5)
			F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS				
01 0 09 14 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	750 000.00	750 000.00	0.00	686 000.00
01 0 09 14 00	1011	010106	Pessoal contratado a termo	120 000.00	120 000.00	0.00	102 100.31
01 0 09 14 00	1011	010112	Suplementos e prémios	120 000.00	120 000.00	0.00	120 000.00
01 0 09 14 00	1011	010113	Subsidio de refeição	80 000.00	80 000.00	0.00	80 000.00
01 0 09 14 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	130 000.00	130 000.00	0.00	130 000.00
01 0 09 14 00	1011	010201	Grat. variáveis ou eventuais	100 000.00	600 000.00	0.00	596 069.00
01 0 09 14 00	1011	010204	Ajudas de custo	150 000.00	150 000.00	0.00	138 309.45
01 0 09 14 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	230 000.00	70 000.00	0.00	70 000.00
01 0 09 14 00	1011	010308	Outras pensões	50 000.00	50 000.00	0.00	49 745.00
01 0 09 14 00	1011	010309	Seguros	60 000.00	60 000.00	0.00	60 000.00
01 0 09 14 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	80 000.00	60 000.00	0.00	59 424.94
01 0 09 14 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	3 000.00	2 000.00	0.00	385.75
01 0 09 14 00	1011	020108	Material de escritório	6 000.00	2 000.00	0.00	1 180.76
01 0 09 14 00	1011	020114	Outro material - Peças	3 000.00	2 000.00	0.00	142.92
01 0 09 14 00	1011	020117	Ferramentas e utensílios	3 000.00	3 000.00	0.00	832.03
01 0 09 14 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	10 000.00	7 000.00	0.00	4 503.96
01 0 09 14 00	1011	020121	Outros bens	4 500.00	4 500.00	0.00	2 465.82
01 0 09 14 00	1011	020203	Conservação de bens	4 000.00	4 000.00	0.00	1 779.39
01 0 09 14 00	1011	020209	Comunicações	2 500.00	1 500.00	0.00	166.76
01 0 09 14 00	1011	020211	Representação dos serviços	25 000.00	8 000.00	0.00	5 926.61
01 0 09 14 00	1011	020213	Deslocações e estadas	9 000.00	9 000.00	0.00	7 140.32
01 0 09 14 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	675 000.00	174 000.00	161 500.00	9 136.16
01 0 09 14 00	1011	020225	Outros serviços	200 000.00	408 000.00	0.00	389 628.21
			Subtotal 02	**2 815 000.00**	**2 815 000.00**	**161 500.00**	**2 514 937.39**
			F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS				
01 0 09 14 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	800 000.00	800 000.00	0.00	800 000.00
01 0 09 14 00	1011	010112	Suplementos e prémios	150 000.00	150 000.00	0.00	150 000.00
01 0 09 14 00	1011	010113	Subsidio de refeição	50 000.00	50 000.00	0.00	50 000.00
01 0 09 14 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	130 000.00	130 000.00	0.00	116 186.93
01 0 09 14 00	1011	010204	Ajudas de custo	100 000.00	70 000.00	0.00	39 554.78
01 0 09 14 00	1011	010212	Indemnizações cessação funções	0.00	30 000.00	0.00	30 000.00
01 0 09 14 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	220 000.00	220 000.00	0.00	220 000.00
01 0 09 14 00	1011	010309	Seguros	50 000.00	50 000.00	0.00	50 000.00
01 0 09 14 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	0.00	0.00	0.00	0.00
			Subtotal 03	**1 500 000.00**	**1 500 000.00**	**0.00**	**1 455 741.71**
			Total Desp. Func. Normal	**39 315 000.00**	**39 315 000.00**	**1 939 700.00**	**36 330 819.26**
			Desp. Invest. Plano				
			AMP. EDIFICIO SEDE				
01 9 50 11 00	1011	070103	Edifícios	150 000.00	150 000.00	150 000.00	0.00
			Subtotal 01	**150 000.00**	**150 000.00**	**150 000.00**	**0.00**
			DES. SIS. INF.E.SOCIAL				
01 9 50 11 00	1011	070103	Edifícios	75 000.00	61 000.00	0.00	60 503.12
01 9 50 11 00	1011	070107	Equipamento de informática	490 000.00	596 000.00	0.00	481 061.22
01 9 50 11 00	1011	070109	Equipamento administrativo	150 000.00	193 000.00	0.00	131 362.79
01 9 50 11 00	1011	070110	Equipamento básico	100 000.00	0.00	0.00	0.00
01 9 50 11 00	1011	070111	Ferramentas e utensílios	25 000.00	0.00	0.00	0.00
01 9 50 11 00	1011	070115	Outros investimentos	10 000.00	0.00	0.00	0.00
			Subtotal 02	**850 000.00**	**850 000.00**	**0.00**	**672 927.13**
			Total Desp. Invest. Plano	**1 000 000.00**	**1 000 000.00**	**150 000.00**	**672 927.13**
			Total Geral	**40 315 000.00**	**40 315 000.00**	**2 089 700.00**	**37 003 746.39**

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não compro-metida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compro-missos por pagar (11)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
686 000.00	0.00	686 000.00	64 000.00	64 000.00	0.00	91.5%
102 100.31	0.00	102 100.31	17 899.69	17 899.69	0.00	85.1%
120 000.00	0.00	120 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
80 000.00	0.00	80 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
130 000.00	0.00	130 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
596 069.00	0.00	596 069.00	3 931.00	3 931.00	0.00	99.3%
138 309.45	0.00	138 309.45	11 690.55	11 690.55	0.00	92.2%
70 000.00	0.00	70 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
49 745.00	0.00	49 745.00	255.00	255.00	0.00	99.5%
60 000.00	0.00	60 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
59 424.94	0.00	59 424.94	575.06	575.06	0.00	99.0%
385.75	0.00	385.75	1 614.25	1 614.25	0.00	19.3%
1 180.76	0.00	1 180.76	819.24	819.24	0.00	59.0%
142.92	0.00	142.92	1 857.08	1 857.08	0.00	7.1%
832.03	0.00	832.03	2 167.97	2 167.97	0.00	27.7%
4 503.96	0.00	4 503.96	2 496.04	2 496.04	0.00	64.3%
2 465.82	0.00	2 465.82	2 034.18	2 034.18	0.00	54.8%
1 779.39	0.00	1 779.39	2 220.61	2 220.61	0.00	44.5%
166.76	0.00	166.76	1 333.24	1 333.24	0.00	11.1%
5 926.61	0.00	5 926.61	2 073.39	2 073.39	0.00	74.1%
7 140.32	0.00	7 140.32	1 859.68	1 859.68	0.00	79.3%
9 136.16	0.00	9 136.16	3 363.84	3 363.84	0.00	5.3%
389 628.21	0.00	389 628.21	18 371.79	18 371.79	0.00	95.5%
2 514 937.39	**0.00**	**2 514 937.39**	**138 562.61**	**138 562.61**	**0.00**	**89.3%**
800 000.00	0.00	800 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
150 000.00	0.00	150 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
50 000.00	0.00	50 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
116 186.93	0.00	116 186.93	13 813.07	13 813.07	0.00	89.4%
39 554.78	0.00	39 554.78	30 445.22	30 445.22	0.00	56.5%
30 000.00	0.00	30 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
220 000.00	0.00	220 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
50 000.00	0.00	50 000.00	0.00	0.00	0.00	100.0%
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0%
1 455 741.71	**0.00**	**1 455 741.71**	**44 258.29**	**44 258.29**	**0.00**	**97.0%**
36 330 819.26	**0.00**	**36 330 819.26**	**1 044 480.74**	**1 044 480.74**	**0.00**	**92.4%**
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0%
0.00	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.0%**
60 503.12	0.00	60 503.12	496.88	496.88	0.00	99.2%
481 061.22	0.00	481 061.22	114 938.78	114 938.78	0.00	80.7%
131 362.79	0.00	131 362.79	61 637.21	61 637.21	0.00	68.1%
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0%
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0%
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0%
672 927.13	**0.00**	**672 927.13**	**177 072.87**	**177 072.87**	**0.00**	**79.2%**
672 927.13	**0.00**	**672 927.13**	**177 072.87**	**177 072.87**	**0.00**	**67.3%**
37 003 746.39	**0.00**	**37 003 746.39**	**1 221 553.61**	**1 221 553.61**	**0.00**	**91.8%**

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar no Início Ano	Receitas Liquidadas
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição	(2)	(3)	(4)	(5)
			Rec. Func. Normal				
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS				
01 0 09 14 00	1011	0603010101	Transf. Correntes - O.E.	35 000 000.00	35 000 000.00	0.00	32 360 140.16
			Subtotal 01	**35 000 000.00**	**35 000 000.00**	**0.00**	**32 360 140.16**
			F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS				
01 0 09 14 00	1011	0402040201	Coimas e penalidades	20 000.00	20 000.00	0.00	0.00
01 0 09 14 00	1011	0701039901	Publicações e impressos	250 000.00	250 000.00	0.00	683 220.63
01 0 09 14 00	1011	0702020101	Serviços	2 045 000.00	2 045 000.00	568 842.12	2 013 261.62
01 0 09 14 00	1011	0801999901	Outras receitas correntes	500 000.00	500 000.00	0.00	311 573.90
			Subtotal 02	**2 815 000.00**	**2 815 000.00**	**568 842.12**	**3 008 056.15**
			F.FIN.260 RECEITA C/ T. SALDOS				
01 0 09 14 00	1011	0609019901	Transf. Correntes - U.E. Instituições	1 500 000.00	1 500 000.00	899 412.46	1 077 626.42
			Subtotal 03	**1 500 000.00**	**1 500 000.00**	**899 412.46**	**1 077 626.42**
			Total Rec. Func. Normal	**39 315 000.00**	**39 315 000.00**	**1 468 254.58**	**36 445 822.73**
			Rec. Invest. Plano				
			AMP. EDIFICIO SEDE				
01 9 50 11 00	1011	0603010101	Transf. Correntes - O.E.	0.00	0.00	0.00	0.00
01 9 50 11 00	1011	1003010101	Transf. Capital - O.E	150 000.00	150 000.00	0.00	0.00
			Subtotal 01	**150 000.00**	**150 000.00**	**0.00**	**0.00**
			DES. SIS. INF.E.SOCIAL				
01 9 50 11 00	1011	0603010101	Transf. Correntes - O.E.	0.00	0.00	0.00	0.00
01 9 50 11 00	1011	1003010101	Transf. Capital - O.E	850 000.00	850 000.00	0.00	672 927.13
			Subtotal 02	**850 000.00**	**850 000.00**	**0.00**	**672 927.13**
			Total Rec. Invest. Plano	**1 000 000.00**	**1 000 000.00**	**0.00**	**672 927.13**
			Total Geral	**40 315 000.00**	**40 315 000.00**	**1 468 254.58**	**37 118 749.86**

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0.00	32 360 140.16	0.00	0.00	32 360 140.16	0.00	92.5%
0.00	**32 360 140.16**	**0.00**	**0.00**	**32 360 140.16**	**0.00**	92.5%
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0%
0.00	683 220.63	0.00	0.00	683 220.63	0.00	273.3%
0.00	1 835 039.15	0.00	0.00	1 835 039.15	747 064.59	89.7%
0.00	311 573.90	0.00	0.00	311 573.90	0.00	62.3%
0.00	**2 829 833.68**	**0.00**	**0.00**	**2 829 833.68**	**747 064.59**	**100.5%**
0.00	1 563 583.12	0.00	0.00	1 563 583.12	413 455.76	104.2%
0.00	**1 563 583.12**	**0.00**	**0.00**	**1 563 583.12**	**413 455.76**	**104.2%**
0.00	**36 753 556.96**	**0.00**	**0.00**	**36 753 556.96**	**1 160 520.35**	**93.5%**
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0%
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-
0.00	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.0%**
0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0%
0.00	672 927.13	0.00	0.00	672 927.13	0.00	79.2%
0.00	**672 927.13**	**0.00**	**0.00**	**672 927.13**	**0.00**	**79.2%**
0.00	**672 927.13**	**0.00**	**0.00**	**672 927.13**	**0.00**	**67.3%**
0.00	**37 426 484.09**	**0.00**	**0.00**	**37 426 484.09**	**1 160 520.35**	**92.8%**

Relatório e Contas
2004

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Instituto Nacional de Estatística

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		**402 082.39**
		Execução orçamental		**402 082.39**
		De dot. Orç. OE	0.00	
		De receitas próprias na posse do Serviço	402 082.39	
		De receita do Estado		0.00
		De operações de tesouraria		0.00
		Receitas		**46 517 851.60**
1		**Dotações orçamentais (OE)**		**33 033 067.29**
		Correntes/Orç. Funcionamento	**32 360 140.16**	
	06.03.01.01.01	Transf. Orçamento do Estado	32 360 140.16	
2		**Correntes/PIDDAC**	**0.00**	
		AMP. ED. SEDE INE (01)		
	06.03.01.01.01	Transf. Orçamento do Estado	0.00	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (02)		
	06.03.01.01.01	Transf. Orçamento do Estado	0.00	
		Capital/PIDDAC	**672 927.13**	
		AMP. ED. SEDE INE (01)		
	10.03.01.01.01	Transf. Orçamento do Estado	0.00	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (02)		
	10.03.01.01.01	Transf. Orçamento do Estado	672 927.13	
1		**Dotações orçamentais (Receitas Próprias)**		**4 393 416.80**
		Receitas Próprias correntes	**4 393 416.80**	
	04.02.04.02.01	Coimas e Penalidades	0.00	
	05.02.01.01.01	Bancos e Out. Inst. Financeiras	0.00	
	06.09.01.99.01	Transf.Correntes - U. E. Instituições	1 563 583.12	
	07.01.03.99.01	Publicações e Impressos	683 220.63	
	07.02.02.01.01	Serviços	1 835 039.15	
	08.01.99.99.01	Outras receitas correntes	311 573.90	
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e O. Entidades:		**9 091 367.51**
		Receita do Estado:	**8 963 844.80**	
		IRS	3 598 703.98	
		IVA	0.00	
		Imposto do Selo	0.00	
		Segurança Social	5 365 140.82	
		Operações de Tesouraria:	**127 522.71**	
		Descontos ao pessoal	127 522.71	
		Adiantamentos a Fornecedores	0.00	
		Adiantamentos a pessoal	0.00	
		Adiantamentos com deslocações	0.00	
		Outras Operações de Tesouraria	0.00	
		Total		**46 919 933.99**

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos		
Capítulo	Grupo			
		Despesas		**46 095 113.90**
		Despesas Orçamentais (OE)		**33 033 067.29**
1		**Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento**	**32 360 140.16**	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	16 105 159.89	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 849 698.98	
	01.03.	Segurança Social	4 767 591.98	
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	9 546 706.51	
	07.	Aquisições bens capital	90 982.80	
2		**Correntes/PIDDAC**	**0.00**	
		AMP. ED. SEDE INE (01)		
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	0.00	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (02)		
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	0.00	
2		**Capital/PIDDAC**	**672 927.13**	
		AMP. ED. SEDE INE (01)		
	07.	Aquisições bens capital	0.00	
		DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (02)		
	07.	Aquisições bens capital	672 927.13	
1		**Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos**		**3 970 679.10**
		Correntes	**3 970 679.10**	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	2 234 287.24	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	803 933.23	
	01.03.	Segurança Social	509 169.94	
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	423 288.69	
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:		**9 091 367.51**
		Receita do Estado:	**8 963 844.80**	
		IRS	3 598 703.98	
		IVA	0.00	
		Imposto do Selo	0.00	
		Segurança Social	5 365 140.82	
		Operações de Tesouraria:	**127 522.71**	
		Descontos ao pessoal	127 522.71	
		Adiantamentos a Fornecedores	0.00	
		Adiantamentos a pessoal	0.00	
		Adiantamentos com deslocações	0.00	
		Outras Operações de Tesouraria	0.00	
		Saldo para a Gerência seguinte		**824 820.09**
		Execução orçamental		**824 820.09**
		De dot. orçamentais OE	0.00	
		De receitas próprias na posse do Serviço	824 820.09	
		De receita do Estado		0.00
		De operações de tesouraria		0.00
		Total		**46 919 933.99**

Relatório e Contas
2004

Anexos às Demonstrações Financeiras

Instituto Nacional de Estatística

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é um Instituto Público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e património próprio, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por objecto o exercício de funções de notação, apuramento, coordenação e difusão de dados estatísticos que interessem ao País.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 2003, conforme estipulado no Artº 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de Março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Art.º 60º do citado diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui qualquer parecer às contas.

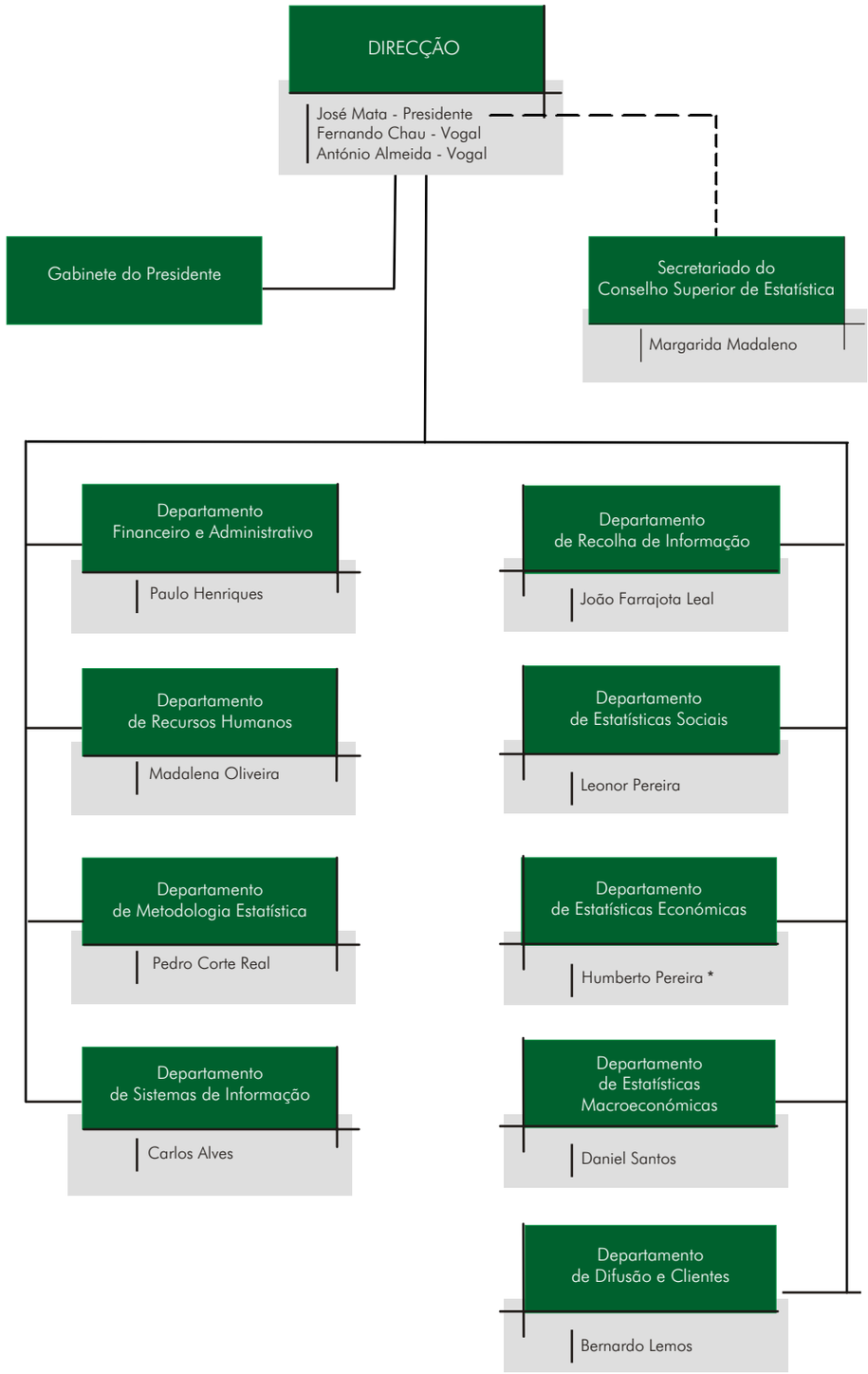
Mantém-se em vigor, contudo, a sua respectiva lei orgânica (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto) com as devidas adaptações.

Deste facto não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, sendo que essa informação é comparável com a informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de Maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a lei orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais. Actualmente, é a Lei nº 6/89, de 15 de Abril, que estabelece as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional e o Decreto–Lei nº 280/89, de 23 de Agosto, que publica os estatutos do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2004



——— Linha de dependência hierárquica

- - - - - - - Linha de dependência do Secretário ao Vice-Presidente do CSE (Presidente da Direcção do INE)

* Responsável interino

8.1.4 Descrição sumária das actividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho de Administração.

8.1.6 Organização contabilística

(a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.

(b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.

(c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.

(d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.

(e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.

(f) Existe inventário permanente para todas as existências.

(g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento Financeiro e Administrativo emitir as devidas instruções.

(h) Existe uma aplicação informática específica, onde se encontram cadastrados todos os bens do activo imobilizado.

(i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.

(j) O Serviço de Contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:
- Relatório e Contas;

Informação Mensal:
- Balancetes do Razão, geral e analítico;
- Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
- Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
- Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;
- Balancete de execução orçamental (PIDDAC e O.E.).

8.1.5 Recursos Humanos à data de 31 de dezembro de 2004

CATEGORIA	Nº EFEC-TIVOS	RELAÇÃO JUR. EMPREGO			DEPARTAMENTO														
		QUADRO	TERMO CERTO	REQ./C.S.	O.SOC	GP	DES	DEE	DEM	DSI	DFA	DRH	DRH BOLSA	DME	DDC	DRI	SCSE	GDINE	ACR
Pres./Vogais Executivos	3			3	3														
Directores Departamento	8	7		1			1		1	1	1	1		1	1	1			
Director Adjunto	3	3					1	1	1										
Consultores	7	5		2		7													
Chefes de Serviço	40	39		1		5	6	5	7	3	1	2		3	1	6	1		
Tec. Sup. Estatistica	198	187	9	2		9	21	28	44			2	17	21	7	48	1		
Tec. Sup. Informatica	52	52					1			45			1	2		3			
Outros Tec. Superiores	33	33				7	3		2		2	3	1	3	5	4	1		2
Adjuntos de Estatistica	229	229				4	11	34	23	3	6	4		16	9	113	2	1	3
Administrativos	49	49				2	1		1	1	9	4		2	3	22		1	3
Tec. Prof. Informatica	34	34					1	3		18	3		1	1	3	4			
Outros Tec. Profissionais	85	85			3	6	3	2	3	1	7	2	2	4	14	32	1		5
Apoio Geral	18	18			1	4					8					1		2	2
TOTAIS	**759**	**741**	**9**	**9**	**7**	**44**	**49**	**73**	**82**	**72**	**37**	**18**	**22**	**53**	**43**	**234**	**6**	**4**	**15**

8.1.7 Outra informação considerada relevante

(a) Não existe órgão interno de auditoria.

(b) Existem fundos fixos de caixa.

(c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excepcionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.

(d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.

(e) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço Administrativo do Departamento Financeiro e Administrativo. Ocorrem, no entanto, situações pontuais de descentralização, especialmente a nível das Delegações Regionais, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.

(f) Todas as compras são conferidas e controladas nos actos de recepção.

(g) Toda a facturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.

(h) Existe separação e segregação das funções de facturação, de registo e de controlo das contas correntes.

(i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.

(j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspectos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de Dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas reflectem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflecte, essencialmente, os reembolsos de despesas efectuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, acções de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento

(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e PIDDAC

Devido ao facto de a actividade do Instituto ser financiada essencialmente por subsídios do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da rubrica de Outros devedores e/ou Outros credores. Assim, excepto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de subsídios recebidos ou a receber do Estado ou receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do Eurostat (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h)); e

- Verbas provenientes das Comissões de Coordenação Regionais ao abrigo das candidaturas regionais aos fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respectiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão directamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de Agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objecto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE calcula as amortizações do imobilizado corpóreo segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas fiscais máximas previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro. O INE não utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril, pelo facto da aplicação deste normativo não originar alterações patrimoniais significativas com impacto nas demonstrações financeiras.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2% - 25%
Equipamento básico	10% - 25%
Equipamento de transporte	25%
Ferramentas e utensílios	10% - 25%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Equipamento de informática	10% - 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	10% - 33,33%

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

95% para publicações editadas há mais de 24 meses;
80% para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
0% para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efectivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

100% para créditos em mora há mais de 24 meses;
50% para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
0% para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspectiva de risco efectivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber das Comissões de Coordenação Regionais no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados facturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de Dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de Abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no activo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	15 303 550.07	0.00	0.00	0.00	15 303 550.07
Edifícios e outras construções	11 754 129.13	63 744.59	0.00	0.00	11 817 873.72
Equipamento básico	1 311 364.06	0.00	0.00	0.00	1 311 364.06
Equipamento de transporte	486 013.87	0.00	0.00	0.00	486 013.87
Ferramentas e utensílios	94 032.05	0.00	0.00	0.00	94 032.05
Equipamento administrativo	2 977 111.18	188 748.87	(46 740.94)	0.00	3 119 119.11
Equipamento de informática	23 743 338.09	506 267.96	(20 179.86)	7 679.44	24 237 105.63
Outras imobilizações corpóreas	299 906.23	0.00	0.00	0.00	299 906.23
Imobilizações em curso	751 067.14	0.00	0.00	(7 679.44)	743 387.70
Totais	**56 720 511.82**	**758 761.42**	**(66 920.80)**	**0**	**57 412 352.44**

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	3 247 155.57	323 821.25	0.00	0.00	3 570 976.82
Equipamento básico	1 014 109.15	97 905.45	0.00	0.00	1 112 014.60
Equipamento de transporte	443 021.84	31 824.84	0.00	0.00	474 846.68
Ferramentas e utensílios	64 453.09	7 048.70	0.00	0.00	71 501.79
Equipamento administrativo	2 147 232.46	252 859.53	(46 740.94)	0.00	2 353 351.05
Equipamento de informática	20 423 926.39	2 149 395.43	(20 083.07)	0.00	22 553 238.75
Outras imobilizações corpóreas	40 390.02	505.39	0.00	0.00	40 895.41
Totais	**27 380 288.52**	**2 863 360.59**	**(66 824.01)**	**0.00**	**30 176 825.10**

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento Financeiro e Administrativo deste Instituto a informação referente a este ponto, mas dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afectas, na totalidade, à actividade do INE.

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo da rubrica de Imobilizações em curso representa os custos incorridos com estudos e projectos referentes à remodelação do Edifício Sede do Instituto.

Os bens do imobilizado em poder de terceiros, constantes do Balanço em 31 de Dezembro de 2004, pertencem à rubrica equipamento de informática e encontram-se afectos às seguintes entidades:

Entidades	V. Aquisição	Amort. Acum.	V. Liq. Contab.
Serviço Regional de Estatística dos Açores	80 687.95	80 687.95	0.00
Direcção Regional de Estatística da Madeira	135 666.23	119 401.69	16 264.54
Direcções Regionais de Agricultura	114 610.82	110 489.71	4 121.11
Totais	**330 965.00**	**310 579.35**	**20 385.65**

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de Dezembro de 2004 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 2.894.307,97 (2003: 3.145.165,75) e correspondem às férias, subsídios de férias e respectivos encargos vencidos em 2004 e a pagar em 2005, encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de Dezembro de 2004 o valor a receber do pessoal ascende a 14.701,60 (2003: 5.616,70), e corresponde a adiantamentos com deslocações:

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	21 521.88	0.00	(6 503.73)	15 018.15
Provisões para depreciação de existências	860 742.43	42 671.85	0	903 414.28
Subtotal	882 264.31	42 671.85	(6 503.73)	918 432.43
Provisões para riscos e encargos	0.00	0.00	0	0.00
Totais	**882 264.31**	**42 671.85**	**(6 503.73)**	**918 432.43**

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efectuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respectivamente.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20 772 818.99	0.00	0.00	20 772 818.99
Resultados transitados	(1 872 312.02)	0.00	(284 955.47)	(2 157 267.49)
Resultado líquido do exercício:				
2003	(284 955.47)	284 955.47	0.00	0.00
2004	0.00	0.00	(105 910.53)	(105 910.53)
Totais	**18 615 551.50**	**284 955.47**	**(390 866.00)**	**18 509 640.97**

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de Agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di), resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(86 042.64)
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	(36 168.12)
Variação da Produção	(22 494.31)
Outras situações	38 794.54
Resultado líquido do exercício	**(105 910.53)**

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	93 940.66
Compras	219 309.33
Regularização de existências	801.37
Existências finais	(130 438.06)
Custos no exercício	**183 613.30**

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	1 084 897.21
Existências iniciais	(1 107 391.52)
Aumentos no exercício	**(22 494.31)**

8.2.35 Repartição, por mercados, do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

Rubricas	M. Interno	M. Externo	Total
Vendas	132 148.69	3 759.18	135 907.87
Prestações de serviços	1 762 681.56	179 103.42	1 941 784.98
Totais	**1 894 830.25**	**182 862.60**	**2 077 692.85**

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
681 - Juros suportados	0.00	0.00	781 - Juros obtidos	260.07	4 026.58
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	761.91	1 778.36	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	0.00	217.08
688 - Outros custos e perdas financeiros	4 483.75	2 670.12	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	15.70
Resultados financeiros	(4 985.59)	(189.12)			
	260.07	**4 259.36**		**260.07**	**4 259.36**

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2004	2003		2004	2003
692 - Dívidas incobráveis	0.00	0.00	792 - Recuperação de dívidas	0.00	0.00
693 - Perdas em existências	0.00	3 877.88	793 - Ganhos em existências	801.37	0.00
694 - Perdas em imobilizações	0.00	0.00	794 - Ganhos em imobilizações	2 774.01	8 647.40
695 - Multas e penalidades	30.00	6 000.00	796 - Reduções de amortizações e provisões	6 503.73	44 747.83
697 - Correcções relativas a exercícios anteriores	256 661.94	85 246.13	797 - Correcções relativas a exercícios anteriores	33 075.69	130 151.44
698 - Outros custos e perdas extraordinários	27 135.19	46 277.67	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	2 811 518.38	3 367 104.56
Resultados extraordinários	2 570 846.05	3 409 249.55			
	2 854 673.18	**3 550 651.23**		**2 854 673.18**	**3 550 651.23**

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 2.785.298,74 (2003: 3.351.959,39) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

(a) Outros devedores

Rubricas	2004	2003
EUROSTAT	413 455.76	899 412.46
Especialização do exercício do Orçamento do Estado	0.00	428 480.96
Direcções e serviços regionais	39 135.29	39 135.29
Pessoal	14 701.60	5 616.70
Outros	3 122.94	4 373.35
Totais	**470 415.59**	**1 377 018.76**

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2004	2003
Candidaturas Regionais	29 748.45	91 437.42
Comissão Europeia/Eurostat	1 361 299.90	883 157.84
Outros acréscimos de proveitos	676.48	10 074.66
Totais	**1 391 724.83**	**984 669.92**

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2004	2003
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	9 021 423.23	11 048 057.34
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	28 052.25	373 377.67
Outros proveitos diferidos	1 447.36	0.00
Totais	**9 050 922.84**	**11 421 435.01**

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2004	2003
Terrenos	323 886.05	331 866.84
Edifícios e outras construções	5 264 085.48	5 438 119.50
Equipamento básico	199 349.46	297 254.91
Equipamento de transporte	11 167.19	42 992.03
Ferramentas e utensílios	22 530.26	29 578.96
Equipamento administrativo	765 768.06	829 878.72
Equipamento informático	1 683 866.88	3 319 411.70
Outras imobilizações corpóreas	7 382.15	7 887.54
Imobilizações em curso	743 387.70	751 067.14
Totais	**9 021 423.23**	**11 048 057.34**

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2003	**11 048 057.34**
Reforço (OF e PIDDAC)	758 761.42
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(2 785 298.74)
Outras reduções, por abates	(96.79)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	**9 021 423.23**

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2004	2003
Orçamento de Funcionamento	32 268 933.77	19 932 081.49
Orçamento do PIDDAC	5 372.10	11 417 639.52
Comissão Europeia/Eurostat	1 963 128.47	1 472 737.56
Candidaturas Regionais/Outros	142 149.45	408 410.46
Especialização de verbas do Orçamento do Estado	(1 534 194.05)	(412 011.69)
Totais	**32 845 389.74**	**32 818 857.34**

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em Abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no activo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não actualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte formula:

$$PM = 40\% \times (1-(X-20)/45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma
RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos actuariais efectuados por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2004 e 2003, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projectada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2004	2003
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%
Taxa de rendimento do fundo	6%	6%
Taxa Técnica actuarial	4%	4%

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo que lhes estão afectos, era como segue:

	2004	2003
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	2 536 174.15	2.375.424,81
Valor do Fundo	2 734 007.10	2.497.900,39
Excesso/Insuficiência de cobertura	197 832.95	122 475.58

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2003	**2 375 424.81**
Custos correntes	162 568.92
Custos com juros	154 046.67
Ganho actuarial	(126 865.78)
Pagamento	(29 000.47)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2004	**2 536 174.15**

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Directriz Contabilistica nº 19.

Alterações Orçamentais - Despesa

(Valores em euros)

Classificação económica		Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Observações
			Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais	Modificações na redacção da rubrica			
Código	Descrição		Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+/-(7)+(8)	(10)
	Desp. Func. Normal								
	F.FIN. 110 RECEITAS GERAIS								
01.01.	Remun. certas e permanentes	17 218 000.00	275 620.00	-973 000.00	0.00	0.00	0.00	16 520 620.00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	453 000.00	1 912 000.00	-489 000.00	0.00	0.00	0.00	1 876 000.00	
01.03.	Segurança social	4 372 000.00	550 000.00	-135 000.00	0.00	0.00	0.00	4 787 000.00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	12 957 000.00	1 557 500.00	-2 790 120.00	0.00	0.00	0.00	11 724 380.00	
07.	Aq. bens capital	0.00	92 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	92 000.00	
	Subtotal 01	**35 000 000.00**	**4 387 120.00**	**-4 387 120.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**35 000 000.00**	
	F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS								
01.01.	Remun. certas e permanentes	1 200 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1 200 000.00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	250 000.00	500 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	750 000.00	
01.03.	Segurança social	420 000.00	0.00	-180 000.00	0.00	0.00	0.00	240 000.00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	945 000.00	208 000.00	-528 000.00	0.00	0.00	0.00	625 000.00	
	Subtotal 02	**2 815 000.00**	**708 000.00**	**-708 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**2 815 000.00**	
	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS								
01.01.	Remun. certas e permanentes	1 130 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1 130 000.00	
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	100 000.00	30 000.00	-30 000.00	0.00	0.00	0.00	100 000.00	
01.03.	Segurança social	270 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	270 000.00	
02.	Aq. bens e serviços correntes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
	Subtotal 03	**1 500 000.00**	**30 000.00**	**-30 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1 500 000.00**	
	Total Desp. Func. Normal	**39 315 000.00**	**5 125 120.00**	**-5 125 120.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**39 315 000.00**	
	Desp. Investimentos Plano								
	AMPL. ED. SEDE INE								
01.	Desp com o pessoal	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
02.	Aq. bens serviços correntes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
07.	Aq. bens capital	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
	Subtotal 01	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	
	DES. S. INF. EC. SOCIAL								
01.	Desp com o pessoal	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
02./06.	Aq. bens serviços correntes	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
07.	Aq. bens capital	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
	Subtotal 02	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	
	Total Desp. Invest. Plano	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	
	Total	**39 315 000.00**	**5 125 120.00**	**-5 125 120.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**39 315 000.00**	

Alterações Orçamentais - Receita

(Valores em euros)

Classificação económica		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
Código (1)	Descrição (2)	(3)	Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
	Receitas Func. Normal						
	F.FIN.110 RECEITAS GERAIS						
06.03.01.01.01	Tranf. Correntes - O.E.	35 000 000.00	0.00	0.00	0.00	35 000 000.00	
	Subtotal 01	**35 000 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**35 000 000.00**	
	F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS						
04.02.04.02.01	Coimas e penalidades	20 000.00	0.00	0.00	0.00	20 000.00	
07.01.03.99.01	Publicações e impressos	250 000.00	0.00	0.00	0.00	250 000.00	
07.02.02.01.01	Serviços	2 045 000.00	0.00	0.00	0.00	2 045 000.00	
08.01.99.01.01	Outras receitas correntes	500 000.00	0.00	0.00	0.00	500 000.00	
	Subtotal 02	**2 815 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**2 815 000.00**	
	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS						
06.09.01.99.01	Tranf. Correntes - U.E. Instituições	1 500 000.00	0.00	0.00	0.00	1 500 000.00	
	Subtotal 03	**1 500 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1 500 000.00**	
	Total Rec. Func. Normal	**39 315 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**39 315 000.00**	
	Receitas Investimento Plano						
	AMP. ED. SEDE INE						
06.03.01.01.01	Correntes - Orç. Estado	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
10.03.01.01.01	Capital - Orç. Estado	150 000.00	0.00	0.00	0.00	150 000.00	
	Subtotal 01	**150 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**150 000.00**	
	DES. S. INF. EC. SOCIAL						
06.03.01.01.01	Correntes - Orç. Estado	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
10.03.01.01.01	Capital - Orç. Estado	850 000.00	0.00	0.00	0.00	850 000.00	
	Subtotal 02	**850 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**850 000.00**	
	Total Rec. Invest. Plano	**1 000 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1 000 000.00**	
	Total	**40 315 000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**40 315 000.00**	

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Lei do Orçamento de Estado para 2004 - Orç. Funcionamento	35 000 000.00	32 360 140.16
Recurso Dotação Provisional - Orç. Funcionamento	0.00	0.00
Lei do Orçamento de Estado para 2004 - CAPº 50º (PIDDAC):		
Programa 01 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	0.00	0.00
Programa 02 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	0.00	0.00
TOTAL	**35 000 000.00**	**32 360 140.16**

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Lei do Orçamento de Estado para 2004 - CAPº 50º (PIDDAC):		
Programa 02 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	150 000.00	0.00
Programa 03 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	850 000.00	672 927.13
TOTAL	**1 000 000.00**	**672 927.13**

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	1 563 583.12	413 455.76
Subvenções DDC/POSI	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	80 583.66	0.00
Subvenções DRF/CCRAlgarve	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	4 050.17	0.00
Subvenções DRP/CCRNorte	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	119 204.59	5 222.93
Subvenções com DDC/CESAP	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	0.00	8 632.89
Subvenções com DRE/CESAP	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	0.00	15 892.63
	TOTAL	**1 767 421.54**	**443 204.21**